

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Rafael Julio Coelho

**Produção do espaço urbano e resistências:  
A ocupação Vila Nova Palestina**

**SÃO PAULO  
2017**

**RAFAEL JULIO COELHO**

**Produção do espaço urbano e resistências:  
A ocupação Vila Nova Palestina**

**Trabalho de Graduação Individual  
apresentado ao Curso de Geografia da  
Universidade de São Paulo para a  
obtenção de título de Bacharel em  
Geografia. Nível de Graduação.**

**Área de Concentração:  
Geografia Urbana**

**Orientador(a): Profa. Dra. Simone  
Scifoni.**

**SÃO PAULO**

**2017**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Email do autor: [rafajcoelho@gmail.com](mailto:rafajcoelho@gmail.com)

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C672p      Coelho, Rafael Julio  
Produção do espaço urbano e resistências: A ocupação  
Vila Nova Palestina / Rafael Julio Coelho ;  
orientadora Simone Scifoni. - São Paulo, 2017.  
91 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo. Departamento de  
Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Produção do Espaço. 2. Urbanização. 3. Área de  
Mananciais. 4. MTST. I. Scifoni, Simone, orient. II.  
Título.

Nome: Coelho, Rafael Julio

Título: Produção do espaço urbano e resistências: a ocupação Vila Nova Palestina

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora**

Prof. Dr. Caio Santo Amore Carvalho Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Fabiana Valdoski Ribeiro Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dra. Simone Scifoni Instituição \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Para minha mãe, Cida.

## **Agradecimentos**

À minha orientadora, Simone Scifoni, pelo apoio e paciência durante a orientação. Pelas aulas que me ensinaram sobre o lugar onde vivo, pelas conversas que me auxiliaram a pensar o próximo passo e, principalmente, pela amizade.

Aos professores que, talvez não imaginem, contribuíram na formação de uma leitura crítica da realidade, através dos debates, conversas e aulas dos tempos de escola aos anos de FFLCH, onde me mostraram a importância de desvendar as razões que governam o mundo.

Aos “amigos da quebrada”: Jonjon, Mario, Vinicius, parceiros de longa data. Aos parceiros da graduação, Guilherme, Dani, Vini, Rodrigo, Jojo, Alê, Henrique, Douglas e todos os amigos que desde 2012 estão juntos nessa caminhada. Aos amigos do basquete maloca, que instituíram o rachão de sexta-feira no CEPEUSP. Aos amigos e companheiros de trabalho da Escola Pueri Domus, Estefano, Henrique, Pedro, Rafael Melo. E a todos mais que contribuíram na rotina do dia a dia ao menos com uma conversa.

Aos alunos do cursinho da Uneafro Vila Nova Palestina que aos sábados trazem diferentes histórias e debates. Aos professores e membros da Uneafro que se empenham pela educação de qualidade a todos. Aos acampados do MTST, que a partir de suas práticas combativas e formulações coletivas apresentam um outro mundo possível a milhares de pessoas. A coordenadora Simone Borges, que deixou um legado de lutas.

À Maiara, minha companheira, pelo apoio incondicional nos percursos acadêmicos e na vida, na qual, me concede o maior amor do mundo em simples atos, como nas várias leituras deste trabalho, e claro, na ajuda para elaboração dos mapas.

Ao meu irmão Rodrigo, companheiro de longas conversas, as minhas avós, Jandira e Maria, mulheres bravas e fantásticas. Ao meu Pai que me deu o suporte e apoio especialmente nesses anos difíceis. E principalmente para minha mãe, Cida, que no carnaval de 2014 deixou esse mundo, mas que permanece viva em nossas memórias e corações, devido a sua bondade, ao amor dedicado aos filhos, a sua sabedoria, as histórias que ainda ecoam em meus ouvidos e que me fazem abrir um sorriso.

“Quantas forças vivas apagaram-se por  
falta de emprego, ou, então, foram  
entredestruídas pelo ódio nessas  
cidades de ar impuro, de contágios  
mortais, de lutas desordenadas!  
Mas também, não foram dessas  
reuniões de homens que brotaram  
as ideias e que geraram novas  
obras, que eclodiram as revoluções  
que livraram a humanidade das  
gangrenas senis?”

Elisée Reclus

## RESUMO

COELHO, R. J. **Produção do espaço urbano e resistências: A ocupação Vila Nova Palestina.** TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

O presente trabalho trata do papel dos movimentos sociais de moradia na produção do espaço urbano a partir da ocupação Vila Nova Palestina do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), localizada no extremo sul da cidade de São Paulo, no distrito do Jardim Ângela - Subprefeitura do M'Boi Mirim, dentro da área de mananciais da represa do Guarapiranga, margem oeste. Assim, iniciamos o trabalho com um resgate histórico sobre a ocupação do terreno de 1 milhão de m<sup>2</sup>, as ações do movimento na região e na Metrópole, e a luta do MTST pela aprovação da área como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na lei de zoneamento urbano nº: 16.402. Também analisamos a história do movimento e a forma de organização dos sem teto. Desta forma, tornou-se necessário pensar o processo de urbanização da área de mananciais a partir da formação do parque industrial de Santo Amaro, que alterou as dinâmicas de ocupação das áreas próximas. Estas tornaram-se espaços de moradia dos trabalhadores, o que engendrou uma série de conflitos e impulsionou formas de mobilização social dos anos 70 até os dias atuais, como a própria ocupação. Logo, concluímos que a ocupação reconfigura práticas, produz novas relações de apropriação e insere-se no cotidiano da periferia a partir de suas ações de cunho político, cultural e até mesmo educacional, ações que almejam a produção de espaços para o desenvolvimento da vida dos sem teto.

**Palavras-chave:** Produção do Espaço; Urbanização; Área de Mananciais; MTST;



## **ABSTRACT**

**COELHO, R. J. Production of urban space and resistances: The occupation Vila Nova Palestina.** TGI (Individual Graduation Work) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo, 2017.

This paper deals with the role of social movements in the production of urban space from the perspective of Vila Nova Palestina's, an occupation part of the Movement of Homeless Workers (MTST), located in the southernmost part of the city of São Paulo, in the district of Jardim Ângela –M'Boi Mirim's Regional City Hall, within the reservoir area of the Guarapiranga dam's west bank. Thus, we began the work with a historical rescue on the occupation of the land of 1 million m<sup>2</sup>, the actions of the movements in the region and in the Metropolis, and the struggle of the MTST for the approval of the area as Special Area of Social Interest (ZEIS) in the law of urban zoning n<sup>o</sup>: 16,402. We also analyzed the history of the movement and the organization of the homeless workers. In this way, it became necessary to think about the process of urbanization of the reservoir area from the formation of the industrial park of Santo Amaro that changed the dynamics of occupation of the near areas. These became living spaces for the workers, which engendered a series of conflicts and promoted forms of social mobilization from the 1970s to the present day, such as the occupation itself. Therefore, we concluded that occupation reconfigures practices, produces new relations of appropriation, and inserts itself into the everyday life of the periphery areas, based on its political, cultural, and even educational actions that aim to produce spaces for the development for life of the homeless workers.

**Key-words:** Production of Space; Urbanization; Water Sources Area; MTST.

## **Lista de Mapas**

|  |    |
|--|----|
| Mapa 1 – Localização da ocupação Vila Nova Palestina – Distrito do Jardim Ângela | 25 |
| Mapa 2 – Distribuição das ZEIS tipo 1 – Subprefeitura do M’Boi Mirim             | 41 |
| Mapa 3 - Expansão da mancha urbana de São Paulo entre 1881 e 2002                | 49 |

## **Lista de Figuras**

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Situação do terreno entre a Estrada do M’Boi Mirim e a Rua Clamecy em 20/11/02   | 15 |
| Figura 2 - Situação do terreno em 08/09/13  | 16 |
| Figura 3 - Presença dos barracos de lona da Ocupação Vila Nova Palestina em 30/01/14  | 17 |
| Figura 4 - Manifestantes na Estrada do M’Boi Mirim no dia 10 de Janeiro de 2014   | 20 |
| Figura 5 - Manifestantes acampados em frente à Câmara Municipal   | 23 |
| Figura 6 - PM usa jatos d’água para reprimir e dispersar acampamento do MTST no Alto de Pinheiros   | 27 |
| Figura 7 - Área de implantação da ZEIS 4 e áreas de preservação destinadas a implantação do parque municipal                                    | 43 |
| Figura 8 - Matéria do jornal O Estado de São Paulo sobre evento esportivo na represa do Guarapiranga datada de 16/02/36, p. 15.                 | 53 |
| Figura 9 – Nota do jornal O Estado de São Paulo sobre competição de remo na Represa do Guarapiranga (23/11/47, p. 15).                          | 54 |
| Figura 10 - Anúncio de casa na região do Guarapiranga para aluguel na seção de classificados do jornal o Estado de São Paulo (02/04/48, p. 12). | 55 |

## **Lista de Tabelas**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Características das cinco categorias de Zonas Especiais de Interesse Social, segundo o Art. 45 do PDE em vigência | 40 |
| Tabela 2 - Evolução dos estabelecimentos industriais em Santo Amaro até 1985   | 58 |
| Tabela 3 - Distribuição da Renda no Brasil (% da Renda Total)  | 59 |

|   |    |
|---|----|
| Tabela 4 – População recenseada - Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais                                     | 61 |
| Tabela 5 - Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil - 2014 | 66 |

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| <b>Introdução</b>  | 11 |
| <b>Capítulo 1 - A Vila Nova Palestina</b>  | 14 |
| 1.1. Histórico da ocupação   | 15 |
| 1.2. O Movimento e os trabalhadores sem-teto   | 29 |
| 1.3. Disputa de interesses: o Zoneamento Urbano  | 37 |
| <b>Capítulo 2 - Industrialização, urbanização das áreas de mananciais e mobilização social</b>                   | 45 |
| 2.1. O crescimento da cidade de São Paulo a partir do processo de industrialização                               | 46 |
| 2.2. A urbanização da área de mananciais da represa do Guarapiranga a partir do Parque Industrial de Santo Amaro | 50 |
| 2.3. Criminalização dos moradores da área de mananciais  | 61 |
| 2.4. Reestruturação produtiva e as reconfigurações no mundo do trabalho  | 63 |
| 2.5. Movimentos sociais: a emergência de novos sujeitos políticos nos anos 70                                    | 66 |
| 2.6. Da superexploração a exclusão do trabalhador: novos conteúdos para a mobilização social                     | 69 |
| <b>Considerações Finais</b>  | 72 |
| 3.1. A cidade: obra múltipla   | 73 |
| 3.2. Industrialização e Urbanização  | 75 |
| 3.3. Questões acerca da produção do espaço   | 78 |
| 3.4. O espaço como reprodução da vida: formas de resistência e estratégias espaciais do MTST                     | 80 |
| <b>Referências Bibliográficas</b>  | 86 |

## **Introdução**

Era sexta-feira do dia dezoito de maio de 2016, um dia de sol, eu tinha chegado às 7h30 no meu trabalho e estava me encaminhando para ir embora. Tinha na cabeça que iria visitar a ocupação chamada “Vila Nova Palestina” - que é relativamente próxima a minha casa - na Estrada do M’Boi Mirim, distrito do Jardim Ângela.

Nessa visita, foi a primeira vez que entrei na Ocupação, mas eu já havia ouvido falar da movimentação naquele terreno no fundão da zona sul: em dezembro de 2013 o SPTV 1ª Edição, noticiário da Rede Globo, informava sobre a formação do acampamento naquela madrugada; em 2014, durante meu estágio na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da PMSP conversei com um geógrafo funcionário da Sabesp e ouvi falar sobre “uma grande gleba que foi invadida na área de proteção dos mananciais”; e em um trabalho de campo da minha iniciação científica visitei o Parque M’Boi Mirim, que fica em frente a Ocupação.

Também me chamaram a atenção as diversas ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) em São Paulo, movimento que organiza a ocupação. Este esteve presente em diversas manifestações da região da ocupação ou em outros lugares da metrópole, notavelmente com a presença e apoio ao movimento dos estudantes secundaristas de ocupação das escolas públicas estaduais, nos protestos por melhorias no transporte público da região e nos atos contra o ajuste fiscal, contra o golpe e pela saída do Presidente Michel Temer. Estes fatos e ações ficaram presente em minha memória, e expuseram uma dimensão do período de convulsão política e social que atravessamos nos últimos anos.

No primeiro semestre de 2016, durante uma aula da disciplina Geografia Social ministrada pelo professor Eduardo Giroto, fomos convidados a debater a participação dos movimentos sociais na cidade e a participação da geografia no debate sobre os movimentos sociais. Este debate suscitou, ou ao menos me fez lembrar, a vontade de conhecer e aprofundar o aprendizado sobre as ações de resistência perpetradas no espaço urbano por parte dos movimentos de moradia.

Além disso, me motivou a procurar um debate ético-político através da Geografia com os acampados da Vila Nova Palestina. Em uma primeira conversa com duas militantes naquela sexta-feira de março, Flavia e Simone, expliquei minha intenção de conhecer e estudar as dinâmicas da Ocupação e expressei a vontade de contribuir com o movimento de alguma forma. Assim, perguntei se havia alguma forma de ajudá-los, de preferência com aulas ou atividades culturais que eu pudesse ajudar a desenvolver.

As duas me disseram que diversos jornalistas e até mesmo pessoas de outros países já haviam ido até lá escrever reportagens ou conhecer a “Palestina” e me apresentaram Rejane,

coordenadora de um grupo de acampados e do cursinho popular que operava por lá aos sábados, que era organizado pela **UNEafro Brasil – União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora**.

Alguns contatos foram trocados e na semana seguinte recebi mensagens via whatsapp do professor Renato, de história, me convidando a ir assistir sua aula no próximo sábado (26/03) às 9h. Assisti a aula sobre política brasileira, conheci a turma, entre 15 e 20 alunos, a maioria maior de dezoito anos. Conheci o barracão onde aconteciam as aulas e fui convidado a permanecer ali como professor de geografia, cargo que não era ocupado ainda.

Desta forma iniciei meu trabalho no dia 09/04 no cursinho popular da UNEafro Brasil, unidade Vila Nova Palestina, tratando da discussão do objeto da geografia. Desde então, foram mais de 15 oportunidades em que tive a oportunidade lecionar lá aos sábados, em média duas vezes por mês, apresentei conteúdos diversos, realizamos estudos do meio no terreno da ocupação e participei de eventos e reuniões da UNEafro, Além disso, visitei a ocupação em outras ocasiões como assembleias e festas.

Nessas visitas pude dialogar, observar e aprender muito sobre as práticas cotidianas dos acampados, práticas que muitas vezes apresentam-se em discursos de jornais, noticiários ou mesmo em conversas informais como questões de perturbação da ordem pública, de arruaça, de bagunça e de malandragem, tópicos de discussões rasas que distanciam-se da realidade dos moradores e de um debate aprofundado sobre as condições de vida na metrópole contemporânea. Logo, este trabalho é a tentativa de aprofundar e discutir sobre estas práticas apoiada na experiência como professor do cursinho da ocupação e nas entrevistas e conversas realizadas com os acampados da Vila Nova Palestina.

Isso dito, buscamos analisar o histórico e a dinâmica das ações do movimento através da ocupação, fragmento da pesquisa no qual podemos encontrar múltiplas relações e determinações do processo de produção do espaço urbano. Assim, analisaremos a formação do parque industrial de Santo Amaro como determinante para a urbanização das áreas do entorno, enquanto espaços de moradia da classe trabalhadora nas áreas de expansão da mancha urbana, ou seja, a própria formação da periferia da cidade Zona Sul. Estas áreas compreendem os distritos do Socorro, Campo Grande, Capão Redondo, Jardim São Luís e Jardim Ângela, onde localiza-se a ocupação.

A partir destes apontamentos, evidenciaremos as lutas, disputas e protestos da região nos anos 70 e 80 relacionados a deterioração das condições de vida da classe trabalhadora e a movimentação pelo acesso a serviços e equipamentos urbanos, a melhores condições de trabalho e ao acesso à moradia digna. Isto posto, avançaremos para as formas atuais de luta pela

moradia enquanto condição para a reprodução da vida na metrópole: as práticas e o papel desempenhado pelo MTST por meio da ocupação do terreno da Vila Nova Palestina, forma espaço-temporal que evidencia as determinações gerais da produção do espaço da metrópole. Portanto, analisaremos a temática em busca de considerações e apontamentos que enriqueçam o debate sobre o papel dos movimentos sociais de luta por moradia na produção do espaço urbano.

Porém, devemos fazer algumas ressalvas sobre limitações presentes na pesquisa devido a determinações contingenciais como: a necessidade de apressar a apresentação da pesquisa; a falta de tempo para a realização de pesquisa amostral com a base do movimento; e a falta de tempo para leitura e análise de todo o referencial bibliográfico levantado. Estas determinações foram condicionadas pela minha aprovação no concurso para professor de geografia da Secretária Municipal de Ensino, o que me levou a finalizar minha graduação de forma acelerada com a matrícula em diversas disciplinas do bacharelado e da licenciatura que me deixaram com pouquíssimo tempo a dedicar para a pesquisa.

Assim, acredito que minha participação no cursinho da ocupação firmada no compromisso ético-político com o coletivo me incentivou e ofereceu a possibilidade valorosa de me aproximar da ocupação o que tornou possível a tentativa de romper a distância instituída entre sujeito-objeto através da vivência e dos laços firmados na comunidade. Logo, buscou-se uma pesquisa implicada, que significa reconhecer como falso o paradigma da ciência positiva que separa pesquisador e objeto, e o reconhecimento da possibilidade de um trabalho que considera o pesquisador como ser ativo daquela experiência coletiva, no meu caso, enquanto um estudante que colaborou minimamente com o projeto do movimento.

# CAPÍTULO 1

## A OCUPAÇÃO VILA

### NOVA PALESTINA



Festa Junina da Vila Nova Palestina. Fonte: Tiago Macambira, 2016.

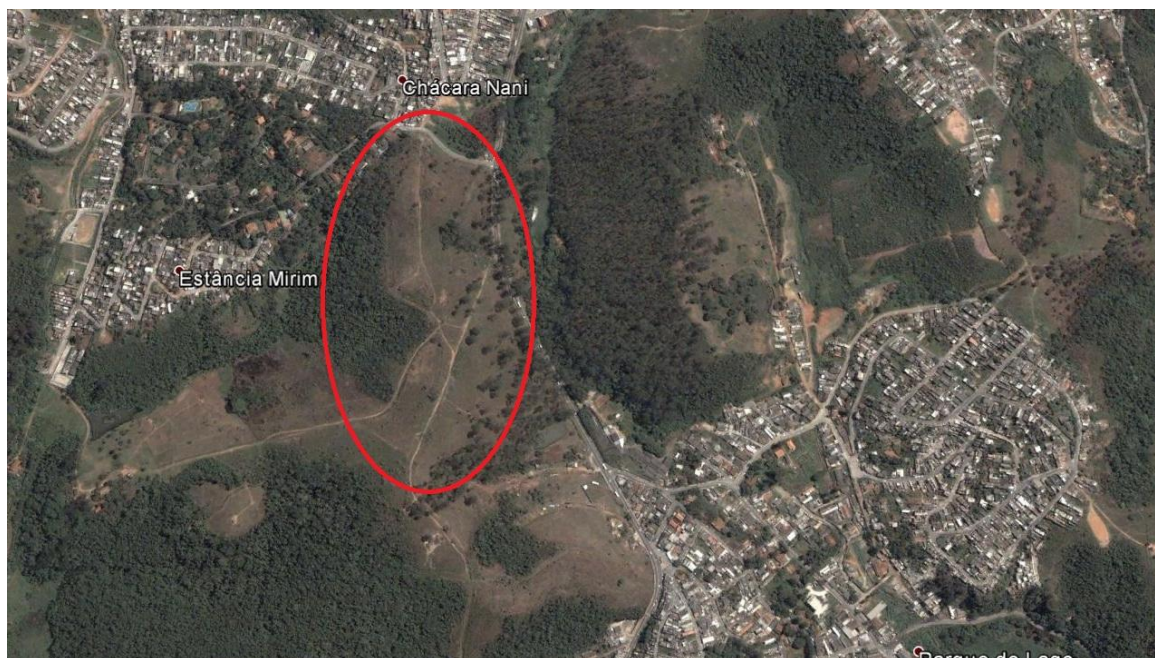


## 1.1 – Histórico da ocupação

A ocupação está dentro de um terreno de 1 milhão de metros quadrados, entre a Estrada do M'Boi Mirim, 7100 e a R. Clamecy, distrito do Jardim Ângela - Subprefeitura M'Boi Mirim. O terreno compreende áreas antropizadas (sem cobertura vegetal) e uma grande área verde em uma colina alongada e extensa que divide as sub-bacias do Rio Pinheiros e do Rio Guarapiranga.

A área ocupada de fato está nesta última sub-bacia e se estende do corte provocado pela Estrada na encosta leste até o topo da colina a 825 m de altitude e possui declividade de 19%. Na encosta oeste temos a presença de um riacho que corre em direção ao rio Embu Guaçu, que deságua na Represa do Guarapiranga, a cerca de dois quilômetros dali. A partir da observação de três imagens de satélite podemos observar em um período de doze anos a situação da cobertura vegetal e o uso e ocupação do solo da área ocupada no final de 2013 que é destacada pelo círculo vermelho.

**Figura 1** - Situação do terreno entre a Estrada do M'Boi Mirim e a Rua Clamecy em 20/11/02



Fonte: Google Earth

**Figura 2 - Situação do terreno em 08/09/13**



**Fonte:** Google Earth

Evidencia-se que no período entre 2002 e 2013 a área do terreno permaneceu sem nenhuma forma de ocupação antrópica. Nota-se a presença de marcas de estradas que denotam algum tipo de intervenção anterior a 2002, talvez ligada a agricultura, que retirou parte da cobertura vegetal. No mais o terreno não sofreu alterações no período.

Na próxima imagem, capturada no início de 2014, meses depois da entrada do movimento no terreno, ocorrida no dia 29 de Novembro de 2013. Observa-se o grande número de barracos de lona na área demarcada que configura o topo da colina e parte da vertente leste.



**Figura 3** - Presença dos barracos de lona da Ocupação Vila Nova Palestina em 30/01/14



**Fonte:** Google Earth

O conjunto de imagens de satélite evidenciam que a área ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto não possuía cobertura vegetal e que este não avançou ou desmatou áreas verdes. Além disso, torna-se importante apontar que no período destacado não houve nenhuma forma de cultivo, ocupação residencial, comercial ou industrial até a entrada do movimento. Ou seja, o proprietário do terreno não cumpriu a função social da propriedade. Esta estabelece que “a propriedade – urbana ou rural – deve ser usada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”<sup>1</sup>.

Portanto, o caminho percorrido até aqui nos leva a problematizar duas questões: quem é o proprietário legal da gleba e quais os seus interesses? Qual foi a atuação do Estado, sob a figura da administração municipal, na área?

A primeira questão nos foi respondida em entrevista realizada com a coordenadora da ocupação Vila Nova Palestina, Jussara Basso, e em pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano: O proprietário se chama Roberto Roschel.

---

<sup>1</sup> De acordo com a discussão proposta por Melo (2013): “o conceito de propriedade evoluiu desde sua remota definição, originada no direito romano, transformando-se em direito, por convenção jurídica, e atingindo status de *direito fundamental* coincidindo, por fim, com o *interesse coletivo tutelado pela função social*”. No Brasil, assim como em edições anteriores, a Constituição em vigor também garante o direito à propriedade, trazendo consigo o conceito de função social no Art. 5.

Não podemos afirmar por quais razões Roschel não fez nenhuma intervenção ou construção no terreno durante tantos anos. Porém, podemos pensar em algumas determinações que podem ter afastado essa possibilidade: o terreno possui 1 milhão de metros quadrados e encontra-se na Área de Proteção aos Mananciais, delimitada em 1976<sup>2</sup>. Ou seja, há uma série de restrições determinadas por lei que dificulta qualquer intervenção na gleba, inviabilizando a venda, o loteamento ou até mesmo a construções que não se adequam aos Parâmetros Urbanísticos Básicos<sup>3</sup>.

A segunda questão relaciona-se função desempenhada pela Prefeitura Municipal de São Paulo durante a gestão de Gilberto Kassab (2006-2012) do DEM<sup>4</sup> que buscou atender às determinações da Lei de Proteção aos Mananciais, impedindo a expansão da urbanização na área a partir da operacionalização do Programa “100 Parques para São Paulo” apoiado nas propostas da ONU no Encontro Mundial Rio/1992<sup>5</sup>. Sob estes objetivos o Kassab publicou no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 29 de Junho de 2010 o Decreto nº 51.591 que “Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no Distrito de Jardim Ângela, Subprefeitura de M'Boi Mirim, necessários a implantação de parque público”. Portanto, iniciando a implantação de um parque municipal no terreno de 1 milhão de metros quadrados a partir de sua desapropriação, porém, sem estabelecer os dispositivos e ações para a realização dessa.

Essas duas questões são fundamentais para entender a dinâmica da luta dos Sem Teto na Palestina. Como relatado em entrevista pela Coordenadora da ocupação, as características naturais e legais do terreno chamaram a atenção de militantes do MTST, da ocupação João Cândido (Taboão da Serra), que passavam pela região e indicaram a área para ser ocupada.

Assim, iniciou-se um trabalho de base na região a partir do levantamento de informações sobre as lideranças, as condições de vida e de moradia da população e ma organização de reuniões.

---

<sup>2</sup> SÃO PAULO. Lei Estadual nº 1.172 de 17 de novembro de 1976. Delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 898, de 18 de dezembro de 1975, estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas e dá providências correlatas.

<sup>3</sup> Presentes na Lei de 1976 e na Lei Estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006, aprimoramento da primeira popularmente conhecida como “Lei Guarapiranga”.

<sup>4</sup> Ao final do segundo mandato, entre 2012 e 2013, Gilberto Kassab e outros dissidentes do Democratas iniciaram um novo partido, o Partido Social Democrata (PSD)

<sup>5</sup> Ver Guia dos Parques Municipais de São Paulo citado nas referências bibliográficas

Na madrugada do dia 28 de Novembro de 2013, 8 mil famílias<sup>6</sup> entraram na propriedade e construíram barracos de lona, na tarde do dia seguinte os jornais noticiavam a “invasão” e veiculavam imagens filmadas nos sobrevoos dos helicópteros.

O nome Vila Nova Palestina foi votado em assembleia e destaca que ali é uma área de conflito social tal como a região da Palestina do Oriente Médio. Existe outra ocupação que também faz referência parecidas a esta: a ocupação Faixa de Gaza, entre o Morumbi e a favela do Paraisópolis.

No primeiro mês de ocupação foi aberto um pedido de reintegração de posse por parte do proprietário sob pressão e aconselhamento da Subprefeitura do M’Boi Mirim. No dia 10 de Janeiro de 2014 foi realizado um protesto<sup>7</sup>, 6 mil manifestantes fecharam o sentido centro da Estrada M’Boi Mirim e caminharam em direção à Subprefeitura na Av. Guarapiranga. Uma parte dos manifestantes também fechou os dois sentidos da Marginal Pinheiros na altura da Ponte do Socorro, posteriormente o ato foi encerrado com uma assembleia.

Essa manifestação foi convocada para retirada do pedido de reintegração de posse e em retaliação as declarações do prefeito Fernando Haddad (2013-2017) do PT sobre a paralisação de processos de desapropriação de terrenos para diversas obras devido a cortes orçamentários e sobre a inviabilidade da utilização de toda a área para moradia, devido a grande cobertura vegetal, presença de nascentes e canais fluviais.

---

<sup>6</sup> Informação citada por coordenador em reportagem do Jornal “O Estado de São Paulo” e em conversas informais realizadas com acampados.

<sup>7</sup> Ver reportagens de Janeiro de 2014 do portal de notícias G1: “Manifestantes do MTST bloqueiam Marginal Pinheiros durante protesto” e “Haddad diz que desapropriações para obras serão afetadas por cortes”

**Figura 4** - Manifestantes na Estrada do M'Boi Mirim no dia 10 de Janeiro de 2014



**Fonte:**Dario Oliveira/Estadão Conteúdo

No dia 22 de Janeiro de 2014 foi realizada outra manifestação, dessa vez em direção ao Palácio do Governo do Estado no bairro do Morumbi<sup>8</sup>. Nessa estavam presentes acampados de diversas ocupações da Zona Sul da cidade de São Paulo e de outras cidades da Região Metropolitana e contabilizavam de 6 a 8 mil manifestantes segundo levantamento da PM.

Nessa manifestação representantes do MTST se reuniram com o governador Geraldo Alckmin, o secretário da casa civil, Edson Aparecido, o secretário da habitação Silvio Torres e o presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU), Milton Dallari. A reunião trouxe resultados positivos como: realização de serviços de topografia e do plano altimétrico na Vila Nova Palestina; o aumento do repasse para construção de 700 moradias na ocupação Chico Mendes em Taboão da Serra; e a formação de um conselho gestor com participação do Governo do Estado para liberação e construção de 1,3 mil moradias em um terreno em Embu das Artes.

A partir desses acontecimentos foi realizada em fevereiro de 2014 uma audiência de conciliação com o proprietário do terreno, no qual os militantes explicaram sua intenção de

---

<sup>8</sup> Ver reportagens de 22 de Janeiro de 2014 do portal de notícias G1: “Sem-teto fazem protesto por moradia e fecham vias da Zona Sul de SP” e “Estado vai mapear área da ocupação Nova Palestina para plano de moradia”

transformar a área em um conjunto habitacional a partir de aportes financeiros do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.

Assim, eles esclareceram que não queriam obter a propriedade a partir das determinações legais de usucapião, mas através da revogação do Decreto nº 51.591 e da compra por parte da Caixa Econômica Federal que pagaria o valor venal do terreno ao proprietário.

Desta forma, para Roschel seria mais vantajoso esta última proposta, pois sob as circunstâncias do usucapião e do Decreto de Utilidade Pública assinado por Kassab em 2010 ele não receberia o valor integral pelo terreno. Assim, foi assinado um acordo de permanência entre o MTST e o proprietário, esse compromisso define que a área seria vendida e destinada para moradia popular e tem sido renovado a três anos devido a demora para a liberação do dinheiro por parte da Caixa.

Logo, feito o acordo com o proprietário e com o governo do estado, os próximos passos indicavam a necessidade da revogação do Decreto o que fez com que os acampados realizassem alguns atos. Segundo a coordenadora Jussara foram realizados cinco atos até o prefeito Fernando Haddad recebê-los, dois foram descritos acima.

Portanto, no dia 26 de Março de 2014, 8 mil pessoas se concentraram no Largo da Batata em Pinheiros e partiram em direção a Prefeitura de São Paulo no Vale do Anhangabaú. Caminharam pela Av. Faria Lima, Av. Rebouças e Av. Consolação com camisetas vermelhas, faixas, bandeiras e um carro de som. Ao chegarem a prefeitura, o prefeito Fernando Haddad desceu do edifício Matarazzo e discursou do alto do carro de som para os milhares de manifestantes que lotaram o Viaduto do Chá:

Nós não podemos pensar mais só naquilo que nos cabe, naquilo que nos toca. Nós temos que saber que a luta de vocês é a luta de dezenas ou centenas de milhares de famílias da cidade. Então, vamos resolver o problema de uma vez por todas, não vamos resolver o problema de uma gleba, de um terreno, vamos resolver o problema da cidade de São Paulo. E quem sabe vocês não saiam daqui e façam chegar até a Câmara o desejo que é de todos nós: de dar solução para São Paulo, transporte, moradia, saúde e educação. Isso chama Plano Diretor da Cidade de São Paulo. (TVEstadão, 26 mar. 2014<sup>9</sup>)

Isto posto, percebemos uma postura diferente do prefeito Haddad após a pressão exercida pelo movimento em diferentes esferas e frentes de atuação. A partir do canal de diálogo aberto entre os Sem-Teto e o prefeito, este condicionou a revogação do decreto à

---

<sup>9</sup>Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=kdUvtvglttg](http://www.youtube.com/watch?v=kdUvtvglttg)> Acesso em Fev. de 2017.

aprovação do Plano Diretor Estratégico do município na Câmara dos Vereadores, o que possibilitaria a construção de unidades habitacionais na área.

E mais, Haddad colocou como de extrema importância a aprovação do PDE para o avanço no acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos urbanos, discussão que será retomada mais à frente. Sendo assim, a próxima frente de disputa aberta pelos acampados seria com os vereadores da cidade, pressionando-os para aprovação da área como Zona Especial de Interesse Social no Plano.

Nos meses seguintes, diferentes jornais impressos e portais de notícias online fizeram reportagens na maior ocupação do MTST e do estado de São Paulo. Também foi notável a reação do poder público, na figura dos vereadores, frente a movimentação no fundão da Zona Sul e ao discurso proferido pelo prefeito.

O Vereador Ricardo Young do PPS em discurso publicado no DOC em 11 de abril de 2014 ressaltou a importância de trazer soluções os problemas que envolvem questões sociais e ambientais, um grande desafio para a cidade. Isto posto, ele questionou a postura do prefeito Haddad por ter prometido revogar o decreto sob pressão popular colocando os próprios vereadores em campos opostos nesse debate, ao invés de traçar políticas públicas concretas. Destaca-se também os debates deste com o Vereador Toninho Vespoli do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)<sup>10</sup>.

Andrea Matarazzo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) manifestaram reprovação aos atos do prefeito, do relator do Plano Diretor e do presidente da Câmara dos Vereadores, todos do PT.

Ocupo esta tribuna para tornar pública minha decepção [...] Negociar sob pressão e ameaças, alienando o Plano Diretor da Cidade para “legitimar” ilegalidade é um desserviço à democracia.

O Prefeito Haddad deu mau exemplo quando, como se fosse estudante rebelde, subiu no caminhão dos invasores de anteontem - Nova Palestina - e mandou-os bater na porta da Câmara Municipal. Agora, os manifestantes de ontem - Copa do Povo -, invadindo outra área e fazendo escola, vieram pressionar a Câmara Municipal para que legalize nova invasão. Desta vez, trata-se de terreno particular na zona Leste, uma área de 150.000 m2, que de uma hora para outra, de forma combinada, sabe-se lá por quem e como, seria transformada em ZEIS - Zona Especial de Interesse Social. (DOC, 2014<sup>11</sup>)

Primeiramente o vereador discute a legitimação do Plano Diretor a partir da ilegalidade praticada pelo MTST, inclusive se referenciando a estes como invasores. Ele se incomoda com

---

<sup>10</sup>Em conversa informal Toninho Vespoli me disse que levou Ricardo Young e outros vereadores para conhecerem a Vila Nova Palestina para que estes compreendessem a problemática e não tornassem decisões contrárias a aprovação da ZEIS.

<sup>11</sup>Discurso publicado na página 177 do DO.online no dia 25 de junho de 2014.



a pressão exercida pelo movimento que está cobrando do poder público uma solução favorável. Além disso, no final de sua fala ele busca deslegitimar a atuação do movimento insinuando que as novas invasões foram feitas a mando ou combinadas com algum ator político.

Porém, o que mais é interessante nesse discurso é quando Matarazzo diz “Negociar sob pressão e ameaças”, neste mesmo dia (24/06/14), 300 Sem-Teto das ocupações Copa do Povo, Portal do Povo, Faixa de Gaza, Capadócia, Dona Deda e Vila Nova Palestina iniciaram um acampamento em frente a Câmara.

Um grupo de cerca de 20 pessoas que acompanhava a sessão de terça-feira (24) dormiu dentro do plenário da Casa e permanece lá dentro. Como não puderam entrar com colchonetes, eles dormiram encolhidos no chão forrado com lençóis entre as cadeiras do plenário. [...] os sem-teto reuniram 1500 manifestantes em frente à Câmara. Bloquearam até a saída do estacionamento dos vereadores. (ALVES, Martha. Sem-teto..., 2014)

**Figura 5** - Manifestantes acampados em frente à Câmara Municipal.



**Fonte:** Avener Prado/Folhapress

A fronteira de disputa estava aberta e não agradava aos nobres vereadores, mais do que a fala do prefeito, a presença e a cobrança por parte dos Sem-Teto os incomodavam. Assim, Os acampados em frente a câmara foram reprimidos pela força da PM em alguns dias, muitos dormiam em tendas de lona nos dias frios de junho, organizaram cozinhas coletivas,

assembleias e debateram firmemente com alguns vereadores<sup>12</sup>, reuniram-se com o presidente da Câmara José Américo e o vereador Alfredinho, ambos do PT.

Assim, no dia 30 de Junho de 2014 o PDE foi aprovado com diversas áreas caracterizadas como Zona Especial de Interesse Social, como as ocupações Copa do Povo e Vila Nova Palestina, e a necessidade da produção de um Zoneamento que incluía estas diretrizes.

O MTST saiu vitorioso e os Sem-Teto comemoraram em frente ao Palácio Anchieta. Nos meses seguintes alguns vereadores continuaram a tecer críticas ao movimento e a “aprovação sob pressão” do PDE, pautados em discursos pela defesa do meio ambiente. Como na descrição de um voo de helicóptero realizado por Natalini do Partido Verde:

O que vi e que me deu desespero - e que está, inclusive, na filmagem -, lá de cima, foi a ocupação do Nova Palestina a 250 metros da margem da represa. É um mar de barracos de lona sobre uma colina próxima à represa, dentro de uma área onde ia ser um parque, que tinha um DUP, uma área de 2 milhões de metros quadrados. Vi vários pontos de fogo, ou seja, tinha fogo naquela ocupação. E o que me entristeceu profundamente é aquele atentado contra o manancial do Guarapiranga, um atentado urbanístico e ambiental grave. (DOC, 2015<sup>13</sup>)

Apesar disso, o horizonte parecia estar mais claro aos acampados, o acordo foi assinado com o proprietário, o decreto revogado e o PDE aprovado, com a demarcação da área da ocupação neste (ver mapa 1). Iniciou-se uma série de trâmites burocráticos, negociações e estudos necessários para o início das obras.

Deram entrada em processos de licenciamento ambiental na CETESB a partir de um Relatório Ambiental Preliminar, tiveram a aprovação das diretrizes da SABESP e da Eletropaulo para fornecimento de água, esgoto e eletricidade e ficaram no aguardo do desmembramento dos lotes e aprovação da Prefeitura. Além da aprovação do Corpo de Bombeiros e do Graprohhab, órgão ligado à CDHU que centraliza os procedimentos de aprovação das novas unidades habitacionais. Trâmites lentos que deixaram a ocupação na posição de espera, condição inevitável.

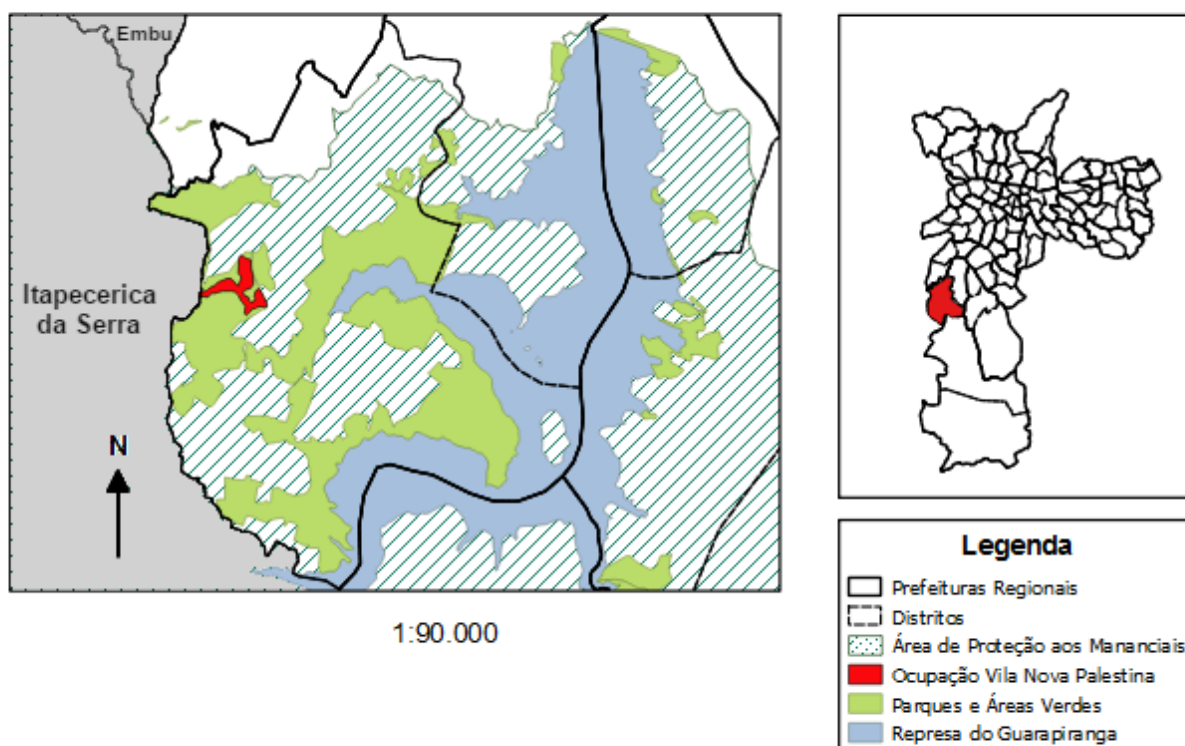
---

<sup>12</sup> Informações obtidas em conversas informais.

<sup>13</sup> Discurso publicado na página 104 do DO.online no dia 10 de abril de 2014.

## Mapa 1

### Localização da Ocupação Vila Nova Palestina - Distrito do Jardim Ângela



Organizadores: Maiara Santana Oliveira e Rafael Coelho, 2017.  
Fonte dos dados: PMSP - Geosampa  
Elaborado em QGIS 2.18.2

Porém, todos esses processos se desenrolam em meio à convulsão política que atravessamos desde a eleição de Dilma Rousseff no final de 2014. A partir desse momento, o MTST junto a outros movimentos sociais e sindicais compõem a Frente Povo Sem Medo<sup>14</sup> em outubro de 2015, frente de esquerda crítica às políticas de austeridade do governo petista, engendradas pelo Ministro da Fazenda Joaquim Levy.

Posteriormente, a articulação entre políticos de oposição e da base de apoio do governo Dilma para abertura e aprovação do processo de impeachment levou a Frente Povo Sem Medo

<sup>14</sup> A Frente é composta por Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Intersindical – Central da Classe Trabalhadora, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (Fenet), Uneafro, Círculo Palmarino, Unegro, Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM), União da Juventude Socialista (UJS), Rua – Juventude Anticapitalista, Coletivo Juntos, União da Juventude Rebelião (UJR), Juventude Socialismo e Liberdade (JSOL), Coletivo Construção Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Mídia Ninja, Coletivo Cordel, União Brasileira de Mulheres (UBM), Bloco de Resistência Socialista, Rede Emancipa de Educação Popular. E conta também com o apoio de mais de 100 intelectuais.

a posicionar-se como contrária ao golpe em curso no Brasil. Assim foram organizados diversos atos e protestos contra setores da mídia, políticos, instituições e atores da articulação golpista, como no acampamento de maio de 2016 perto da casa do presidente interino Michel Temer, essa manifestação foi violentamente reprimida pela PM durante a madrugada<sup>15</sup>. A defesa da continuidade de Dilma Rousseff no poder fazia parte da estratégia do MTST, pois, apesar das críticas à política econômica, o governo petista havia liberado recursos do MCMV - Entidades para a construção de novas unidades habitacionais, estas foram conquistas da jornada de lutas antes da Copa do Mundo de 2014, assim, os movimentos de moradia tinham estabelecido um canal de diálogo com o governo federal.

No dia 5 de Maio de 2016, uma semana antes de ser afastada da presidência, Rousseff anuncia 25 mil unidades habitacionais do MCMV - Entidades, algumas destas eram destinadas a ocupações organizadas pelo MTST há anos, como no caso da Ocupação Chico Mendes.

Desta forma, no dia 11 de Maio de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 173 com uma lista de empreendimentos aportados por recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, entre eles o Residencial Nova Palestina com 3507 unidades. No dia 12 de Maio o Senado instaura o processo de impeachment, empossando Michel Temer presidente interino. No dia 17 de maio a portaria publicada anteriormente é revogada<sup>16</sup>. O MTST repudiou a revogação e afirmou que a “derrubaria nas ruas”<sup>17</sup>.

A coordenação da Vila Nova Palestina buscou chamar os militantes para os próximos atos, visto que a ocupação seria diretamente atingida e que somente a mobilização popular poderia possibilitar a retomada do programa de habitação.

Sendo assim, O acampamento citado, próximo a casa de Michel Temer, no dia 22 de maio foi realizado ao final de um caminhada que contava com 30 mil pessoas e iniciou-se no Largo da Batata às 14h e seguiu em direção do Alto de Pinheiros. O quarteirão da casa estava cercado por um destacamento da PM, o que impediu com que os manifestantes se aproximassem, assim acamparam em uma praça.

O ato foi uma retaliação a revogação da portaria e as ameaças (concretas) aos direitos sociais conquistados por um governo que não foi eleito nas urnas, de orientação conservadora

---

<sup>15</sup> Ver reportagem: “PM dispersa acampamento perto da casa de Temer com água bombas”, publicada pelo Jornal “Folha de São Paulo” em 22 de Maio de 2016.

<sup>16</sup> Ver reportagem: “Ministro das Cidades barra 11.250 unidades do Minha Casa, Minha Vida”, publicada no portal de notícias G1

<sup>17</sup> Ver matéria: “MTST ataca corte no Minha Casa, Minha Vida e anuncia protestos no país”, publicada no jornal Valor Econômico.

e apoiador de ajustes neoliberais<sup>18</sup>. E como exposto acima às 23h45 a PM agiu, jogou bombas de efeito moral e jatos d'água nos acampados, atitude controversa e que gerou muitas críticas, pois semanas antes a Instituição havia sido conivente em diversos momentos com manifestantes pró impeachment que acampavam na Avenida Paulista<sup>19</sup>.

**Figura 6** - PM usa jatos d'água para reprimir e dispersar acampamento do MTST no Alto de Pinheiros



**Fonte:** Marlene Bergamo/Folhapress

No dia 1 de junho de 2014 mais uma manifestação foi realizada, o MTST ocupou o escritório da Secretária da Presidência da República em São Paulo. O protesto iniciou no vão do MASP às 14h10 e seguiu no sentido da Rua da Consolação até o local. Os participantes do protesto acamparam no saguão do edifício, onde também funciona um centro administrativo do Banco do Brasil.

Na noite do mesmo dia, o Ministério das Cidades soltou nota recuando em relação a revogação e divulgando a edição de uma nova portaria. O movimento comemorou dentro do saguão do escritório e organizou uma assembleia, no qual o coordenador Guilherme Boulos discursou:

---

<sup>18</sup> Ver documento “Ponte para o Futuro” do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em: <[pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf)>

<sup>19</sup> Ver o artigo: “Reações diversas da PM em protestos, fator de risco em meio à polarização”, publicado no jornal El País Brasil.

O governo golpista do senhor Michel Temer teve de recuar, e as habitações serão contratadas. [...] Para aqueles que não acreditavam, engulam a nossa vitória. Aqui não tem arrego, arrego tem lá em Brasília. (AZEVEDO; COSTA, Após invasão..., 2016)

A Portaria nº 258 publicada no Diário Oficial da União em 17 de junho estabelece para o plano de contratações e metas do orçamento de 2016, referentes ao PMCMV - Entidades, o relançamento de 11 mil unidades habitacionais, entre estas as 3500 unidades do Residencial Nova Palestina.

Porém, a vitória do Movimento é parcial até a construção das unidades devido a conjuntura política atual, que é caótica e incerta, e principalmente aos efeitos da Proposta de Emenda Constitucional 241 - que busca fixar por até 20 anos, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos, um limite para as despesas, este limite será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação. Ou seja, na prática o congelamento dos gastos públicos que vale para os Três Poderes. Portanto, o horizonte ainda é de mais lutas. Como colocou a coordenadora Jussara Basso em entrevista de janeiro de 2017:

A gente tem projetos que já estão aprovados desde o ano passado e por isso entraram nos recursos já liberados que são Copa do Povo, Novo Pinheirinho de Santo André, as segundas etapas do João Cândido, Jardim Salette na João Cândido com o Chico Mendes. [...] essas unidades já tem recursos, inclusive previstos. [...] A gente tem que buscar aprovações, entende? O que vai dificultar de fato é o ano que vem, né? Que a PEC do fim do mundo começam... os efeitos dela começam a ser muito mais caros pra gente [...] Porque vamos dizer que a população não vai crescer tanto aqui, mas e o ano que vem? Que a demanda por escolas públicas vai aumentar, que a demanda por saúde vai aumentar, que a demanda de moradia vai aumentar... porque é crescente, né! O déficit de habitação é crescente! Por escolas é crescente! Então o ano que vem os impactos vão ser muito maiores. O orçamento não vai mudar, vai ser o mesmo!

Jussara expõe os efeitos da política econômica atual, de orientação NEOLIBERAL, apoiada e tocada pelos grandes capitalistas nacionais, pela mídia corporativa e pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles<sup>20</sup>.

Em relação a crise política, aos efeitos do golpe contra Dilma Rousseff, ao arranjo das forças conservadoras:

Meu, a gente tem que pensar assim, o seguinte: a gente tem um presidente ilegítimo golpista que pode cair a qualquer momento... A gente corre o risco eminente de uma

---

<sup>20</sup>Executivo do setor financeiro internacional e nacional, ex presidente do BankBoston no Brasil, presidente do Banco Central e preside o Conselho de Administração da J&F Investimentos.

eleição indireta que iria eleger um presidente pior que o atual.... A gente corre o risco de tudo isso que foi acordado até aqui e sofreu uma drástica mudança, então é tudo... Para esse ano é um ponto de interrogação!

Se os movimentos do Governo Federal são ameaças aos direitos sociais conquistados e aos acordos firmados, a eleição de João Dória Júnior do PSDB para prefeito do Município de São Paulo no primeiro turno da disputa e sua postura frente os movimentos de moradia, abre mais incertezas e lutas para 2017. Destaca-se que Gilberto Natalini foi nomeado Secretário do Verde e do Meio Ambiente e como exposto acima tornou pública sua rejeição a construção de unidades habitacionais dentro da área de mananciais. Sendo assim, Jussara vê a necessidade de novas formas de intervenção política do campo da esquerda ao ser perguntada sobre a eleição de Dória.

Caraca, velho, a eleição do João Dória no primeiro turno foi a total demonstração que o povo está descrente do sistema político do próprio país. Em todos os municípios e estados do Brasil estamos vendo que a direita tem avançado, mas no sentido das pessoas não terem opção. [...] “Eu não sou um político, eu sou um gestor”. Foi o discurso dele que deu votos a ele. Isso é a demonstração que a gente precisa de uma reforma política no País. E é um absurdo que a nós conseguimos enxergar isso e quem tá no poder não enxerga... [...] E, assim, o que é mais revoltante é que o Lula teve o poder para fazer isso, o Lula pôde fazer qualquer coisa nesse país e ele não fez, e é por também que ele foi desmoralizado enquanto uma referência da esquerda.

## **1.2. O Movimento e os trabalhadores sem-teto**

A partir da revisão bibliográfica e das conversas realizadas em campo, traremos um breve histórico sobre o MTST, sobre as ocupações realizadas e apresentaremos algumas das ideias que norteiam o movimento.

Primeiramente devemos pensar a questão a partir do trabalhador: quem são os trabalhadores que compõem o MTST, estes são os mesmos do MST? Como eles se identificam? Estariam separados somente pela espacialidade de suas lutas? Ou pela essência de suas reivindicações?

Esses questionamentos são levantados na tese de Deborah Goulart (2011), que analisa questões importantíssimas, como as relações, deliberações, eventos e ocupações que contribuíram para a formação do MTST. No qual, destaca-se a proximidade com o MST, seja na liberação de militantes para organização da luta urbana, nos canais de diálogo estabelecidos em diversos eventos ou nas deliberações do movimento.

Esta deliberação apresentada abaixo é do III Encontro Nacional realizado em 1995, e aponta a necessidade de um trabalho nas cidades, uma tentativa de ampliação da luta pela reforma agrária no meio urbano.

Por outro lado, precisamos conscientizar a população e a sociedade de que um programa de reforma agrária interessa a toda a sociedade. Hoje, não se trata apenas de uma solução para o problema dos sem-terra, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional e está relacionado com a maioria dos problemas que acontecem nas cidades. A reforma agrária é uma solução não apenas para os problemas do meio rural, mas também de toda a sociedade brasileira, e também do meio urbano. (MST, 1995, apud GOULART, 2011)

As ações dos militantes a partir da elaboração nacional foram influenciadas pela situação da classe trabalhadora da época, muitos acampados ou mesmo assentados não estavam mais habituados a vida no campo, muitos viviam nas periferias das grandes cidades, possuíam empregos (predominantemente informais) e tinham desenvolvido diversas sociabilidades no meio urbano<sup>21</sup> de modo que não se adaptam mais a vida rural.

Devemos lembrar que a expansão da metropolização, atrelada a atração de camponeses para as cidades, é consequência dos processos contraditórios de reprodução da propriedade privada (ALFREDO, 2003). Além disso, no contexto dos ajustes neoliberais dos anos noventa temos a desregulamentação e precarização das relações de trabalho. Portanto esses dois processos: expansão do tecido urbano e precarização das relações de trabalho reorientam a estratégia sociopolítica do MST e de outros movimentos sociais e dão impulso a organização de novas formas de luta no urbano.

Nas cidades ocorriam diversas ocupações espontâneas: bairros se formaram nas franjas da metrópole, mercados ilegais de terras prosperavam, e junto a estes, tínhamos a organização de movimentos de luta por moradia, consequências do crescimento do déficit habitacional, número que leva em conta o total de famílias em condições de moradia inadequadas.

Sendo assim um evento importante para a confluência entre os movimentos foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça de 1997, essa manifestação aproximou os Sem Terra e os militantes de diversos movimentos de luta por moradia.

---

<sup>21</sup> Em trabalho de campo da disciplina de Geografia do Estado de São Paulo realizado na região do Pontal do Paranapanema, pudemos conversar com assentados do MST e nos foi relatada uma situação que exemplifica esse processo: o sitiante havia conquistado a propriedade da terra, porém não possuía meios de manter uma produção agrícola rentável, assim, necessitava de um emprego como frentista de um posto de gasolina na cidade de Teodoro Sampaio para sobrevivência da família.



Meses depois, em Campinas, foi organizada a primeira ocupação do MTST, o “Parque Oziel”. Esta experiência foi pautada pela forma de organização dos acampamentos do MST em um contexto urbano, houve inclusive a presença de militantes deste para que essa fosse concretizada. Porém, a complexidade das relações nas grandes cidades trouxe novas dificuldades, relacionadas ao papel das forças políticas dentro da cidade: Vereadores, deputados, e até mesmo o tráfico de drogas são atores que exercem forte influência no cotidiano urbano.

Em 2001 o Parque Oziel abrigava novas glebas ocupadas: 1 milhão de m<sup>2</sup>, com a presença de 10000 famílias. A partir desse ano, as várias dificuldades e problemas encontrados afastaram o MTST da organização e da mediação, que teve até militantes assassinados.

Após essa investida, houve um processo de recuo dos militantes que se voltaram para um processo de estudo das condições materiais e conjunturais nas cidades, revendo a necessidade de imprimir uma nova forma de organização da população e, sobretudo, a necessidade de uma reflexão sobre a dinâmica dos acampamentos urbanos. (GOULART, 2011, p. 25)

Esta revisão sobre conceitos e formas de organização do movimento levaram a um processo de construção dos pilares fundamentais, que buscava definir um projeto político e a autonomia deste em relação ao MST.

Isto posto, a partir de 2000, o movimento tinha uma base social clara: a população pobre das periferias das grandes e médias cidades, e um projeto político de transformação social, pautado na luta por moradia e reforma urbana.

Nas ocupações seguintes: Anita Garibaldi em Guarulhos, Lamarca em Osasco, Santo Dias, em São Bernardo, e Rosa Luxemburgo em São Paulo, os militantes estabeleceram relações de apoio com outros movimentos sociais, fizeram ocupações maiores, exerceram forte pressão ao Estado mas também vivenciaram reintegrações de posse violentas. O constante desmantelamento dos trabalhos nas ocupações levou a uma desarticulação do movimento e ao desgaste dos militantes, o que tornou necessário um novo momento de debate e rearticulação.

Porém, apesar do insucesso destas, o movimento ganhou notoriedade o que atraiu pessoas que estavam afastadas ou interessadas em novas formas de militância política: ex-petistas, críticos da atuação sindical, críticos aos partidos de esquerda e jovens universitários.

Enquanto uma nova ocupação não acontecia, o movimento formulou um projeto político (presente na Cartilha de Princípios), o que levou a um novo patamar de organização e elaboração interna de suas ações e prioridades. Este processo tornou-se evidente nas ocupações

Chico Mendes e João Cândido<sup>22</sup> (ambas em Taboão da Serra), onde mudou-se o desenho da ocupação, a estrutura organizativa, as relações internas e a forma de negociação e pressão sobre os governos se aprimoraram. Por outro lado, o Estado também aprimorou as relações com o movimento, a partir da não aceitação das ações e do uso estratégico da reintegração de posse (GOULART, 2011).

Nestas duas ocupações estabeleceu-se a produção artística para divulgação e fortalecimento das atividades. E mais:

Nos primeiros dias, ergueram-se barracos, as cozinhas coletivas, a ciranda (espaço para atividades educacionais e com as crianças e jovens), o barracão coletivo (espaço para reuniões). [...] Elegeram-se as coordenações dos setores de infraestrutura (organização da estrutura física e acesso à água e luz), cultura, educação e formação política (implantação da ciranda, cursos, reuniões e assembleias), disciplina (portarias, acesso ao acampamento, construção e obediência às regras coletivas) e negociação (contatos externos e negociação com os governos). (GOULART, 2011, p. 45)

Portanto, estes processos pautados nos reveses das ocupações anteriores levaram a reconfiguração das formas de luta e a uma maior organização. Além disso, tornou possível a expansão a nível estadual e nacional, a partir da ampliação das ações no estado de São Paulo e do estabelecimento de contatos com movimentos de moradia de outros estados<sup>23</sup>.

Com isso os movimentos de luta de moradia buscavam fortalecer-se frente aos obstáculos impostos: ausência de negociações, burocratização dos processos de implementação das conquistas acordadas e a criminalização do movimento. No qual, essa articulação, nomeada Frente Nacional de Resistência Urbana,<sup>24</sup> evidenciava uma crítica ao modelo neoliberal de Estado e tinha a intenção de abrir mecanismos de pressão no governo federal, que implementou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), programas de investimentos estatais que na avaliação do movimento beneficiam, majoritariamente, os grandes capitalistas.

Devemos pensar então, como o MTST e os outros movimentos conseguem atrair tantos acampados e a partir da mobilização destes nacionalizar a luta por moradia? Primeiramente

---

<sup>22</sup> Nesta foi realizado o primeiro empreendimento do MCMV - Entidades do MTST, ver reportagem da Rede Brasil Atual: “Primeiro Minha Casa, Minha Vida com gestão popular é entregue em São Paulo”

<sup>23</sup> Ver “Frente de Resistência Urbana promoveu 21 bloqueios em sete estados” publicado pela Agência Brasil.

<sup>24</sup> A Frente Nacional de Resistência Urbana é formada pelo MTST, pelo Movimento Urbano Sem Teto de São José dos Campos (MUST), Brigadas Populares, Movimento Luta Socialista (MLS), Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), Nós da Sul, Comitê Popular da Copa (RS), Movimento Terra Livre, Movimento Popular por Moradia (MPM), e Movimento Luta Popular (MLP)

deve-se considerar as estatísticas que evidenciam o déficit habitacional quantitativo, que segundo dados da Fundação João Pinheiros (2007/2008) (utilizado oficialmente pelo governo) são 6.273.000 de famílias, 22 milhões de pessoas que não tem casa. Cerca de 39% vivem em situação de coabitação familiar, ou seja, moram de favor na casa de familiares, 32% têm ônus excessivo com aluguel, isto é, deixam de consumir o necessário para a sobrevivência pelo peso do aluguel. Também temos uma parte que vive em casas absolutamente precárias e outros em cortiços (BOULOS, 2014)

Em relação ao déficit habitacional qualitativo, os problemas tornam-se mais críticos. Este refere-se a inadequação das condições básicas para uma vida digna. São quase 15.307.406 de famílias nessa situação, cerca de 53 milhões de pessoas sofrem com a falta de condições mínimas de moradia digna (BOULOS, 2014).

Esses números evidenciam a forma crítica da reprodução dos trabalhadores sob os pressupostos da acumulação e reprodução do Capital, sob determinações político-econômicas do Neoliberalismo que junto a reestruturação produtiva empurrou milhares para fora das relações regulares de trabalho. Promovendo a exclusão definitiva destes do processo produtivo, levando a luta diária dos desempregados e subempregados para sobreviver e tornando inviável o acesso por moradia através do mercado formal:

*A partir dessa diferenciação de sua base social, o movimento propõe a construção de uma identidade coletiva que possibilite a unificação desses trabalhadores em torno de um projeto comum de luta. Assim, os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc., mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento de moradia. (GOULART, 2011, p. 65, grifo nosso)*

Portanto a autora coloca o processo da construção de uma identidade coletiva: os Sem Teto. A partir de um trabalho com a base social composta por trabalhadores em condições de precárias de trabalho, moradia e acesso aos equipamentos sociais da cidade, e pautada na luta pela transformação social.

*[...] é essencial o investimento em uma identidade coletiva para essa transformação ocorrer. Já afirmamos que não há sem-teto sem a identificação de um conjunto de elementos comuns e sem a vivência de um projeto coletivo de transformação das condições materiais de vida. (GOULART, 2011, p. 69)*

Portanto, o MTST - como movimento que busca organizar essa categoria de “sem-teto” - formulou ao longo da história um conjunto de declarações que compõem o seu projeto político, que se operacionaliza nas atividades do movimento. Nesse sentido, torna-se notável as mudanças pessoais e comportamentais descritas pelos militantes, que giram em torno de questões referentes a luta por direitos sociais. Porém, deve-se destacar que alguns acampados não se identificam necessariamente como militantes do movimento.

Então, façamos a pergunta, de onde erguem-se os pilares que sustentam o movimento ideologicamente?

Primeiramente, como exposto acima, temos por parte do movimento uma análise e a compreensão da situação da classe trabalhadora a partir dos anos 90<sup>25</sup>, no qual buscam trabalhar uma ação política classista a partir dessa nova realidade. Sendo assim, o MTST se define enquanto movimento popular que tem como elemento central a classe. E que é crítico aos rumos tomados pela mobilização sindical e pelos partidos de esquerda, notavelmente o PT.

Para responder a essa crise da esquerda<sup>26</sup> o movimento apresenta na Cartilha de Princípios sua posição estratégica de superação do capitalismo e a busca da construção de uma base social autônoma e consciente, para isso propõe bandeiras que articulam as as possibilidades reais com os objetivos utópicos, são estas: o **poder popular** e a **reforma urbana**.

Pensam a reforma urbana enquanto um projeto de classe, de enfrentamento e contraposição a cidade do capital a partir da apropriação coletiva do espaço, do combate ao capital imobiliário, defesa das expropriações de terra e questionamento das políticas de cidadania participativa. E o poder popular enquanto princípio, objetivo e bandeira construída e efetivada coletivamente seja na formação e dinâmica dos acampamentos ou mesmo no enfrentamento a cidade do capital (GOULART, 2011).

“Criar poder popular” é mais do que um grito de ordem, é nosso grande objetivo. Somos a maioria, mas o poder não está com a gente e sim com os capitalistas. Construir o poder popular, que é o nosso poder, é a forma de transformar isso. Como? Com muita organização e luta. Precisamos nos organizar nos bairros, nas ocupações, no trabalho, em todos os lugares. Levando adiante a ideia de que só precisamos da nossa força para mudar a realidade (Cartilha de Princípios, s.d.)

---

<sup>25</sup> No próximo capítulo analisaremos as determinações gerais que levam a reconfiguração da classe trabalhadora.

<sup>26</sup> Causada pela transformação nas relações de trabalho, declínio de um movimento sindical combativo, dispersão e institucionalização de outros movimentos de massa (GOULART, 2011).

Logo, a luta pela efetivação dos direitos humanos, sociais e pela democratização das instâncias de poder são algumas dimensões do poder popular. Porém, esta prática se materializa de fato na luta direta, concepção de ação que passa pela mobilização da base social em busca da conquista de objetivos concretos que representam os interesses desta.

Essas ações possuem caráter de enfrentamento, logo são fortemente reprimidas pelo aparelhos e dispositivos estatais, assim, o movimento desenvolveu um “plano estratégico” baseado em dois eixos: a **territorialização em focos espaciais** e a **apropriação coletiva do espaço urbano**.

O primeiro refere-se a ação em territórios escolhidos segundo alguns critérios: concentração de demandas, existência de algum tipo de organização popular anterior e a localização de pontos específicos no território que possibilitem ações contra o capital e o Estado<sup>27</sup>.

O segundo consiste, principalmente, na ocupação de espaços utilizados para a especulação imobiliária, expressão do mercado e da apropriação privada na cidade. A ocupação de determinados espaços, os “latifúndios urbanos”, é primordial para a construção de uma coletividade/comunidade contrária às dinâmicas da cidade-mercadoria. Logo, a partir destes é possível desenvolver formas de poder popular para resistir às determinações críticas da economia capitalista, como a degradação da vida. Assim, as ocupações cumprem um duplo papel na estrutura organizativa e na proposta política do movimento:

[...] construção não só de resistência territorializada, mas também de espaços de exercício de coletivização e poder popular, por isso têm papel central na organização do MTST, embora haja uma intensa rede de relações fora dele, [...] *é nas ocupações que há formação política mais intensa*, decisões sobre as ações coletivas, representação para as outras instâncias do movimento em níveis estadual e nacional. (GOULART, 2011, p. 75, grifo nosso)

Portanto, as ocupações exercem papel central na luta, expandindo sua potencialidade e centralizando as atenções. São espaços produzidos pelas determinações gerais da produção, pelas práticas dos acampados, e pelo caldo ideológico operacionalizado pela coordenação do MTST, pautado no poder popular. Onde são realizadas assembleias, festas, debates, reuniões, atividades culturais, políticas e educacionais. É de fato uma *estratégia espacial* importantíssima para as ações do movimento em diferentes dimensões.

---

<sup>27</sup> Marchas, passeatas, bloqueios de rodovias, ocupação de prédios do governo e a realização de trabalho comunitário a grupos organizados por demandas urbanas variadas são alguns dos exemplos de práticas desse eixo de trabalho.

Assim, para estimular a participação dos acampados nas atividades coletivas do cotidiano da ocupação, a coordenação organiza chamadas presenciais, nos atos, assembleias e reuniões. Este mecanismo torna possível o conhecimento sobre os acampados que participam de fato do cotidiano da ocupação, e dá prioridade para aqueles que estão mais presentes na luta diária quando as moradias são construídas.

São diversos os momentos para efetivação da ocupação, a formação destas se inicia muito antes da data da entrada na área. Primeiramente, os membros da coordenação devem escolher a área, esta deve atender a três critérios essenciais: a. condições de permanência no terreno (avaliação da condição jurídica da área); b. capacidade de “massificação”; c. condições para desenvolver uma luta, em caráter mais amplo que a reivindicação por moradia.

Deve-se pontuar que o MTST realiza ocupações em terrenos nas periferias da metrópole, isto se dá por conta da presença da base social do movimento e das condições destes, que combinam a carência de moradias, de acesso aos serviços básicos sociais e infraestrutura urbana, com índice alto de desemprego ou subemprego.

Assim, escolhido o terreno e a região de intervenção inicia-se o estabelecimento de contatos com a liderança e a população dos bairros. No qual, são organizadas reuniões onde são apresentados: a proposta política do movimento, os passos para realização da ocupação e os caminhos para efetivação da conquista da moradia. Essa movimentação é operacionalizada por antigos militantes, em sua maioria formados em outras ocupações.

Ocupar e organizar o novo acampamento passa a ser uma tarefa conjunta, entre os antigos militantes e os novos ativistas que aderem a proposta de ação. Isto posto, com a chegada dos ônibus com os novos moradores do acampamento temos uma sucessão de acontecimentos, pautados na segurança dos acampados e a construção/manutenção dos acampamentos.

A organização espacial do acampamento depende do tipo de terreno e de que forma ele foi ocupado, mas o que interessa nesse ponto é como da organização espacial surgem os grupos. Cada grupo é composto de um número variável de pessoas, uma cozinha coletiva e um coordenador eleito<sup>28</sup>. Os coordenadores de grupo reúnem-se semanalmente, trocam informações, debatem questões importantes e encaminham ações necessárias para a manutenção e melhoria do acampamento.

---

<sup>28</sup> Na Vila Nova Palestina tínhamos mais de 20 grupos que foram reorganizados no final de 2016 em três brigadas, cada uma com a sua cozinha.

Existem também comissões transversais aos grupos que possuem objetivos específicos: infraestrutura, disciplina, cultura, organicidade e abastecimento<sup>29</sup>. Acima destes está a assembleia do acampamento, fórum democrático no qual todos são conclamados a participar e tem direito a fala.

Fora da ocupação temos a coordenação regional, estadual e nacional, são compostas por militantes mais preparados e que representam as diversas ocupações, estes são espaços de análise política, planejamento e definições táticas.

### **1.3. Disputa de interesses: o Zoneamento Urbano**

Após um resgate histórico sobre diversas ações e eventos importantes desses três anos de existência da ocupação Vila Nova Palestina e da discussão da estrutura organizativa, das principais ideias e da base social do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, façamos uma breve análise sobre o Plano Diretor Estratégico, lei municipal aprovada em julho de 2014 que orienta o desenvolvimento e o crescimento da cidade até 2030 e que na aprovação de seus instrumentos e dispositivos, determinações para a Lei de Zoneamento<sup>30</sup>, constituiu um *campo em disputa*, como pudemos observar a partir das ações dos sem teto.

No final dos anos 80, com a reabertura política e a formulação de uma nova constituição promulgada em 1989, os movimentos sociais ganharam cada vez mais voz e passaram a pressionar as instituições públicas para atender suas demandas, muitas dessas ligadas ao trabalho, acesso a equipamentos sociais, a moradia, meios de acesso à cidadania. Estes sujeitos vinham ganhando força desde o final da década de 70.

Dentro dessa atmosfera de reivindicação social o Estatuto da Cidade é então formulado, aparecendo num primeiro momento como um projeto de lei, em 1989, e posteriormente aprovado em 2001, tendo como carro chefe a luta pela democratização do espaço urbano, ou seja, o acesso ao uso do solo urbano a todos.

Desta forma, a promulgação do Estatuto obrigou os municípios a implementarem uma nova política territorial urbana, pressionando para a promoção de atualizações em suas leis internas. Assim, determina-se que os municípios de grande porte são obrigados a produzir um plano diretor.

Porém, apesar desse caráter de busca por ampliação dos direitos sociais, implementação de uma reforma urbana e da efetivação da cidadania em um país onde milhões vivem em

---

<sup>29</sup> Por exemplo, para minha entrada como professor do cursinho precisei conversar com a coordenadora do cursinho dentro da ocupação.

<sup>30</sup> CIDADE DE SÃO PAULO. Lei Nº 16.402, de 22 de março de 2016.

condições precárias de habitação, sob a violência cotidiana e sujeito a agressões da polícia, do tráfico de drogas ou de outras formas de opressão, o Estatuto, assim como o Ministério das Cidades, os Planos Diretores Municipais, entre outros, também trouxeram novas diretrizes e atualizações para o novo contexto econômico e urbano, como novas atualizações do direito de propriedade.

Logo, o estabelecimento das diretrizes gerais da política urbana pela Lei relaciona-se ao contexto social, político e econômico do Brasil nos anos 90, pois, junto a reabertura política, houve a flexibilização econômica no contexto de uma economia financeirizada e global.

Isto se deu especialmente durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o país passou por uma série de medidas que visavam adequar a estrutura econômica, política, jurídica e social ao capitalismo “moderno”, um rearranjo da estrutura estatista ao novo contexto econômico da globalização e as formas reais que constituem a urbanização brasileira (BAITZ, 2009).

Assim, uma série de instrumentos e dispositivos urbanísticos entraram para o ordenamento estatal a partir do Estatuto da Cidade ou em outros aprimoramentos legais: Operações Urbanas Consorciadas, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Concessão Urbanística, Função Social da Propriedade citada anteriormente, Regularização Fundiária, entre outros.

Isto posto, esses instrumentos são operacionalizados e aplicados na Lei de Zoneamento: a divisão do território municipal em zonas segundo objetivos e diretrizes definidos pelo Plano Diretor. Assim, vamos nos ater brevemente a Regularização Fundiária:

No plano administrativo, já se tratava de aceitar que a cidade construída ilegalmente só se transformaria em cidade legal se os preceitos mudassem. Aceitar que o processo de urbanização nacional havia produzido milhares de favelas e a necessidade de garantir pacificamente sua posse foi um grande avanço de identidade. Assim constituiu-se uma frente denominada Regularização Fundiária, *empenhada em tornar o grande contingente real em legal*. (BAITZ, 2009, p. 5, grifo nosso)

Portanto, a partir desta forma jurídica tornou-se possível a legalização da propriedade da terra para milhares de pessoas que haviam ocupado terrenos públicos ou adquirido lotes em mercados ilegais, deve-se destacar que isso só foi possível a partir da mobilização de associações de bairro, movimentos sociais e a ação de políticos progressistas ao longo dos anos.

Isto tornou possível a implementação de infraestrutura urbana, equipamentos sociais e a comercialização destes lotes, adequando o real ao legal e tornando possível o ingresso de amplas parcelas no circuito da economia formal. Ou seja, respeitou-se os princípios da função



social da propriedade, tornando-a possível, e impôs as condições para a livre iniciativa, questão contraditória em seus pressupostos.

Assim, moradores organizados em associações passaram a exigir do poder público a regularização de seus lotes, até mesmo o MTST participou de uma luta nesse sentido na ocupação Anita Garibaldi em Guarulhos.

Deve-se destacar que a expansão das periferias é consequência da constituição do mercado de terras, legal ou ilegal, voltados a população de baixa renda, muitas vezes migrante, que assim constroem suas moradias nesses terrenos distantes dos centros urbanos, por conta ao baixo preço dos lotes.

Logo, no processo de produção e discussão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo foram criados instrumentos para promover e organizar a habitação social: as Zonas Especiais de Interesse Social<sup>31</sup>. O PDE identifica cinco categorias de ZEIS, faz-se presente a Regularização Fundiária como política de habitação social na primeira categoria, segue a tabela:

---

<sup>31</sup> Este instrumento também foi previsto pelo Estatuto da Cidade e é descrito no Plano Diretor Estratégico de São Paulo como: “porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social – HIS e Habitações de Mercado Popular – HMP a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércio e serviços locais, situadas na zona urbana.”

**Tabela 1** -Características das cinco categorias de Zonas Especiais de Interesse Social, segundo o Art. 45 do PDE em vigência

| TIPOS  | CARACTERÍSTICAS   |
|--------|---|
| ZEIS 1 | Áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social;  |
| ZEIS 2 | Áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificadas ou subutilizados, adequados à urbanização e onde haja interesse público ou privado em produzir Empreendimentos de Habitação de Interesse Social;  |
| ZEIS 3 | Áreas com ocorrência de imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados localizados em regiões dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, boa oferta de empregos, onde haja interesse público ou privado em promover Empreendimentos de Habitação de Interesse Social;   |
| ZEIS 4 | Áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificadas e adequados à urbanização e edificação situadas na Área de Proteção aos Mananciais das bacias hidrográficas dos reservatórios de Guarapiranga e Billings, exclusivamente nas Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental e de Controle e Recuperação Urbana e Ambiental, destinadas à promoção de Habitação de Interesse Social para o atendimento de famílias residentes em assentamentos localizados na referida Área de Proteção aos Mananciais, preferencialmente em função de reassentamento resultante de plano de urbanização ou da desocupação de áreas de risco e de preservação permanente, com atendimento à legislação estadual; |
| ZEIS 5 | Lotes ou conjunto de lotes, preferencialmente vazios ou subutilizados, situados em áreas dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, onde haja interesse privado em produzir empreendimentos habitacionais de mercado popular e de interesse social.   |

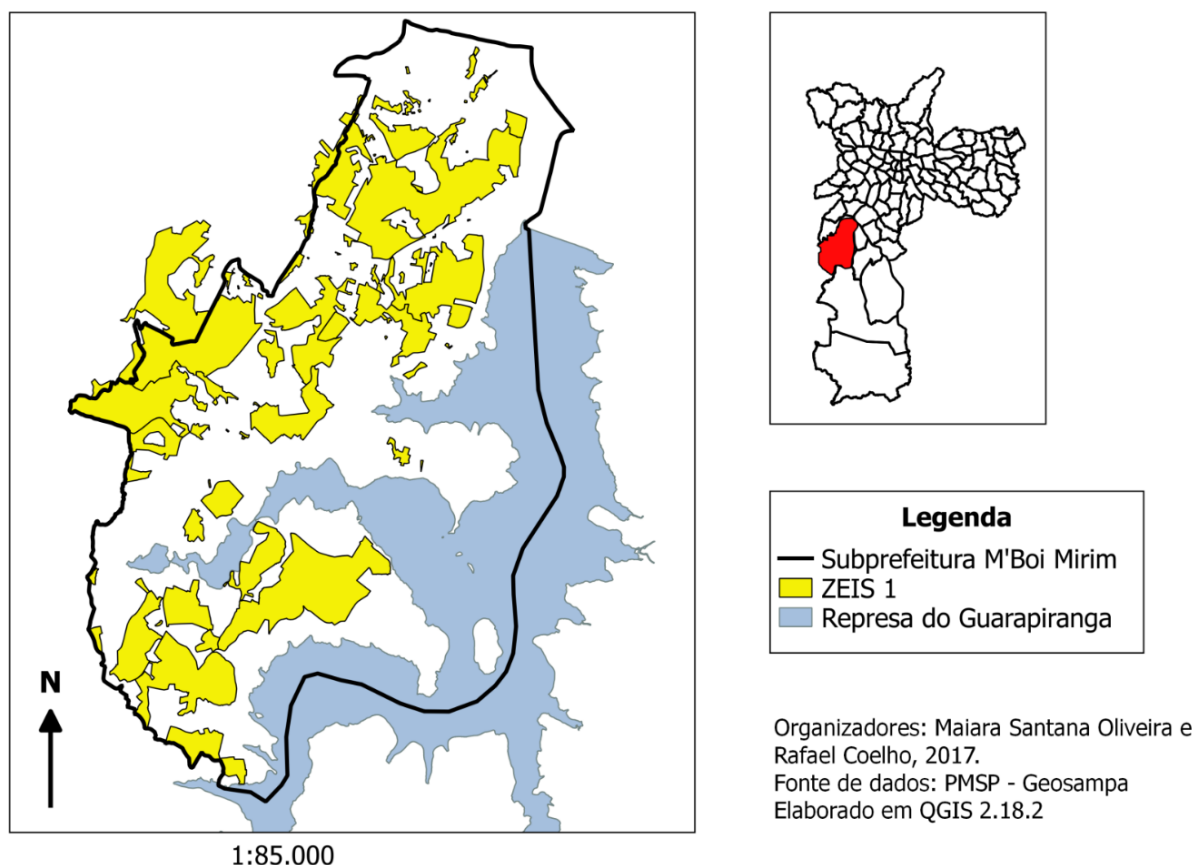
**Fonte:** PDE (Lei 16.050/14)

Se observarmos os mapas das ZEIS - 1, referentes a regularização fundiária, nota-se a grande presença destas na porção sudoeste da cidade de São Paulo, coincidentemente, a ocupação Vila Nova Palestina localiza-se nessa área, no distrito do Jardim Ângela - Subprefeitura de M'Boi Mirim. Isto evidencia a situação dos moradores da região, muitos não possuem a titulação da propriedade ou vivem em condições precárias de moradia, reforçando o déficit habitacional qualitativo.

Portanto, isso evidencia uma quantidade de pessoas com potencial para se engajarem na luta por moradia e serve enquanto um indicador da situação das condições de moradia da população dos distritos. Segue o mapa:

## Mapa 2

### Distribuição das ZEIS tipo 1 - Subprefeitura do M'Boi Mirim



No entanto, a luta dos acampados da Vila Nova Palestina pautou-se primeiramente pela revogação do Decreto de Utilidade Pública, e posteriormente, pela mobilização e pressão na Câmara dos Vereadores para aprovação do PDE com a destinação da área como habitação social. E não se deu pela aplicabilidade da regularização fundiária, pois os sem teto estavam acampados ali e essa só é aplicável depois de um longo tempo de permanência e consolidação da habitação.

Isto tornou-se possível a partir da demarcação da área como Zona Especial de Interesse Social - 4 no PDE, como descrito no Art. 378:

A expedição do alvará de execução de empreendimento habitacional EZEIS na ZEIS 4, identificada no Mapa 4A anexo a esta lei, contígua ao Parque Embu-Mirim fase 1 - PQMB 02, identificado no Quadro 7 e Mapa 5 desta lei, ficará condicionada à doação à Prefeitura de 700.000m<sup>2</sup> (setecentos mil metros quadrados) para a implantação desse parque assim como à adoção de medidas efetivas para implantá-lo. (LEI 16.050, 2014)

A partir da aprovação deste, o Decreto 51.591 de 2010 é revogado, porém mantêm-se algumas características que este buscava preservar: a condição da construção do parque em 700.000 m<sup>2</sup>, área caracterizada como Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPAM), permitindo a construção das unidades habitacionais no restante da área, 300.000 m<sup>2</sup>, a ZEIS 4 de fato, junto a novos equipamentos, como um Centro Educacional Unificado. Outra fala do Prefeito Haddad evidencia o processo jurídico pautado pela pressão social.

Nós revogaremos o decreto de utilidade pública da área tão logo a Câmara aprove o Plano Diretor e demarque a área como Zona Especial de Interesse Social. Ao marcar a área como Zeis, nós poderemos compatibilizar a questão ambiental com a produção de moradia, de forma equilibrada, de maneira que o decreto de utilidade pública perca o sentido e nós possamos fazer uma combinação de parque com a produção de moradia popular. (CRUZ, Haddad diz..., 2014)

Desta forma, a ZEIS 4 prevê a construção em glebas ou lotes não edificadas, adequados à urbanização e situados na Área de Proteção aos Mananciais das bacias hidrográficas dos reservatórios de Guarapiranga e Billings. Obedecendo aos parâmetros urbanísticos determinados pela legislação estadual. Esse compromisso do prefeito foi reafirmado em declarações realizadas em visita a Nova Palestina durante a campanha para reeleição e em publicações do Diário Oficial da Cidade<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Em conversas com o ex secretário de habitação, João Sette Whitaker, em outubro de 2016, esse reafirmou o compromisso da gestão com a construção do residencial, porém condicionou esta ao aporte da Caixa Econômica Federal.

**Figura 7** – Área de implantação da ZEIS 4 e áreas de preservação destinadas a implantação do parque municipal



Fonte: MTST

Os diversos processos e contatos que a equipe da coordenação estabeleceu se devem a isso: a adequação para urbanização e as normas da área de proteção. Logo, apenas 30% da área do terreno ocupado poderia ser de fato edificada, devido ao coeficiente de aproveitamento máximo que impede a expansão da impermeabilização do solo na área de mananciais. Assim, respeitou-se a questão da conservação ambiental.

Desta forma o movimento espera a liberação de recursos da Caixa Econômica Federal para compra de todo o terreno do proprietário para depois doar os 70% de área não edificável para a prefeitura zelar e instituir um parque público, como previsto no decreto que foi revogado.

Destaca-se que mesmo considerando-se os trâmites e normas legais sob supervisão da CETESB a ocupação continuou a ser objeto de críticas, principalmente do atual prefeito e do vereador Gilberto Natalini, atual Secretário da SVMA.

Mas se num primeiro momento de realização de ocupações no final da década de 90 o MTST não estava preparado para lidar com as forças políticas da cidade, atualmente, no caso

da Vila Nova Palestina, pudemos perceber que o movimento pautou-se pela combinação de ação direta, como atos e ocupações, somada a uma estratégia e um projeto político moldados longo dos anos. Assim, destaca-se que o movimento não buscou eleger políticos na última eleição para atingir seus interesses e sim manter os sem teto mobilizados.

Ao reivindicar a destinação de áreas para habitação social o MTST e os outros movimentos de moradia transformaram a discussão e a aprovação da legislação urbana em um campo em disputa, onde os agentes e instituições estão em luta, com forças diferentes e segundo as regras desse jogo. Os que dominam o campo, os políticos e o mercado, possuem os meios de fazê-lo funcionar com um aparelho para seus interesses, porém, devem contar com a *resistência* dos dominados e excluídos.

E é assim, a partir da mobilização e do uso dos dispositivos jurídicos já aprovados que o movimento se coloca na disputa pelo cumprimento do Zoneamento Urbano, que os ampara e identifica a área como habitação social. Ou seja, até a aprovação de um novo Plano Diretor essa questão deveria ser resolvida.

Porém, como relatado anteriormente, as movimentações da política nacional levantam suspeitas, em novembro do ano passado estava previsto que os acampados deixassem a ocupação para o início das obras, porém, isso não foi possível, o dinheiro não foi liberado, e havia o medo de perder o controle daquela parcela a partir do momento em que o Estado entrasse e estabelece-se novas regras. Sendo assim, os sem-teto partem para mais um ano de intensa mobilização e reivindicação do cumprimento da lei.

Logo, no dia 31 de Janeiro foi realizado a primeira manifestação do MTST contra o prefeito João Dória com mais de dez mil pessoas, segundo os organizadores, pela aprovação e licenciamento dos projetos habitacionais, complementação da prefeitura para a viabilidade destes e contra a violência da PM em situações de despejo. Assim, oito lideranças do movimento foram recebidas pelo secretário de Habitação, Fernando Chucre, e apresentaram suas reivindicações: aprovação e continuidade dos projetos habitacionais. O movimento faz-se presente num contexto crítico para o Brasil.

# **CAPÍTULO 2**

## **Industrialização, urbanização das áreas de mananciais e a mobilização social**



Paisagem urbana – bairros do Distrito do Jardim Ângela. Fonte: Tiago Macambira, 2016.

Neste capítulo, faremos uma regressão histórico-geográfica sobre a região em que a ocupação Vila Nova Palestina está inserida: a porção sudoeste do município de São Paulo, que compreende áreas do distrito do Jardim Ângela. Iniciaremos com uma breve introdução sobre a influência do processo de industrialização para expansão da mancha urbana da cidade de São Paulo. No qual nos aprofundaremos na formação do parque industrial de Santo Amaro que induz a urbanização da área do entorno da represa do Guarapiranga. Continuaremos a análise da região pensando a influência da reestruturação produtiva no emprego e na produção. Isto posto, buscaremos evidenciar as rupturas e descontinuidades presentes nos movimentos sociais de ontem e hoje.

## **2.1. O crescimento da cidade de São Paulo a partir do processo de industrialização**

Ao final do século XIX, junto à produção de café e de outros produtos agrícolas como o algodão, começam a surgir na província de São Paulo unidades fabris que produzem bens de consumo não duráveis, como roupas para escravos num primeiro momento. As primeiras fábricas localizam-se em pequenos povoados, dispersos na província, e são determinadas pela diversificação de investimentos dos grandes produtores paulistas vinculados ao café.

Estas nasceram com o objetivo de substituir à produção artesanal e doméstica que não atendia com qualidade e quantidade um mercado crescente ancorado na produção agrícola que também importava da Europa a maior parte dos produtos manufaturados. No decorrer deste processo, as fábricas passam a concentrar-se na cidade de São Paulo - por conta de sua centralidade histórica e da concentração de diversos capitais – ao longo da ferrovia que corta a cidade. Levando ao aumento das unidades produtivas em São Paulo em comparação ao Rio de Janeiro, que naquele momento possuía o maior número de estabelecimentos fabris (MAMIGONIAN, 1976).

Através da aglomeração e concentração industrial, a cidade passa a atrair novos habitantes e sua população aumenta vertiginosamente nesse período: em 1900 a cidade possuía 240 mil habitantes, em 1920 mais de 500 mil e em 1940 já estava próxima a um milhão e meio de habitantes. Próximo às ferrovias existentes instalam-se bairros operários como Água Branca, Barra Funda, Brás, Mooca e Belenzinho (PÁDUA, 2009).

Assim, tivemos o aumento do número de prédios, casas, lojas, estabelecimentos, estradas, pontes, cemitérios, e principalmente o aumento da concentração de fábricas. A urbanização intensificou-se e modificou a morfologia da cidade radicalmente, o material utilizado para a construção civil eram tijolos, nas estradas passavam bondes e carros, as frequências das rádios sintonizam as notícias para os bairros a quilômetros do centro. Temos



uma cidade que explode e se fragmenta em bairros. O Martinelli atingia 30 andares, e era o maior edifício da América Latina na década de 30. A imagem do progresso e do crescimento eram figuras cativas de discursos políticos e de planos urbanísticos que viam com bons olhos a expansão da mancha urbana como consequência da produção econômica.

Por conta dessa dinâmica social, o espaço natural tornou-se um empecilho, torna-se necessário a ordenação, planejamento, adequação do sítio urbano da cidade para sua expansão. Os rios meandantes de constantes alagamentos e inundações tornaram-se “problemas” à cidade que não parava de crescer. No bojo de intensos debates comandados por Instituições públicas e privadas sobre as obras no Tietê e no Pinheiros, no qual digladiavam-se projetos opostos. Surgem dois principais projetos: um de inspiração sanitarista de Saturnino de Brito - que propunha a construção de parques nas várzeas dos rios para propiciar um espaço de livre circulação de ar, o que traria benesses a saúde da população, e outro de viés rodoviarista que objetivava construir vias de circulação que possibilitaram a maior fluidez no trânsito de mercadorias e pessoas, este plano tinha inspiração na cidade de Chicago e foi expresso no “Plano de Avenidas” dos Engenheiros Ulhôa Cintra e Prestes Maia, este último nomeado prefeito em 1938 e responsável por colocar o projeto em prática. Vale destacar que o valor dos terrenos e lotes nas várzeas dos rios era menor devido a condição das constantes inundações. Isto propiciou uma ocupação do solo por parte dos trabalhadores mais pobres, muitos imigrantes que trabalhavam nas fábricas da região central

A retificação dos dois rios e o aterramento e canalização de outros no perímetro urbano para a construção de novas vias de comunicação produziram um novo arranjo espacial. Estas que integravam o espaço urbano e proporcionavam a maior fluidez de mercadorias e pessoas. Alguns exemplos dessas vias são: a Av. Nove de Julho, a 23 de Maio, a Rebouças, a Av. Prestes Maia e as avenidas marginais, estas últimas davam acesso a diversas rodovias que ligam São Paulo a outras cidades do interior e de outros estados. Outro aspecto importante foi à inserção de novas e vastas áreas ao espaço urbano, através do parcelamento e comercialização de loteamentos das antigas regiões das várzeas, terrenos planos e desocupados pelas obras. E também de terras além das várzeas, em direção as vertentes mais íngremes (SEABRA, 1987).

A cidade se industrializava rapidamente e consequentemente atraía cada vez mais trabalhadores que necessitavam de um lugar para morar e repor suas energias para o trabalho. Até a década de 40 a maior parte destes vivia sob o aluguel em casas ou quartos em cortiços, ou mesmo em vilas operárias construídas pelo patronato industrial.

A intensificação do crescimento industrial provocou o aumento do número de

trabalhadores que vieram viver em São Paulo, o que aumentou a pressão sobre a oferta de habitações populares, e ao mesmo tempo, valorizou terrenos, tanto fabris como residenciais. Neste momento a questão da moradia passa a ser resolvida não mais pelas empresas ou pelo mercado rentista, mas sim pelo mercado imobiliário que comercializa terrenos nas regiões da periferia - áreas distantes do centro, constituindo sua oposição enquanto localização, onde até 1960 predominavam chácaras de lazer ou produtoras de gêneros alimentícios para a cidade.

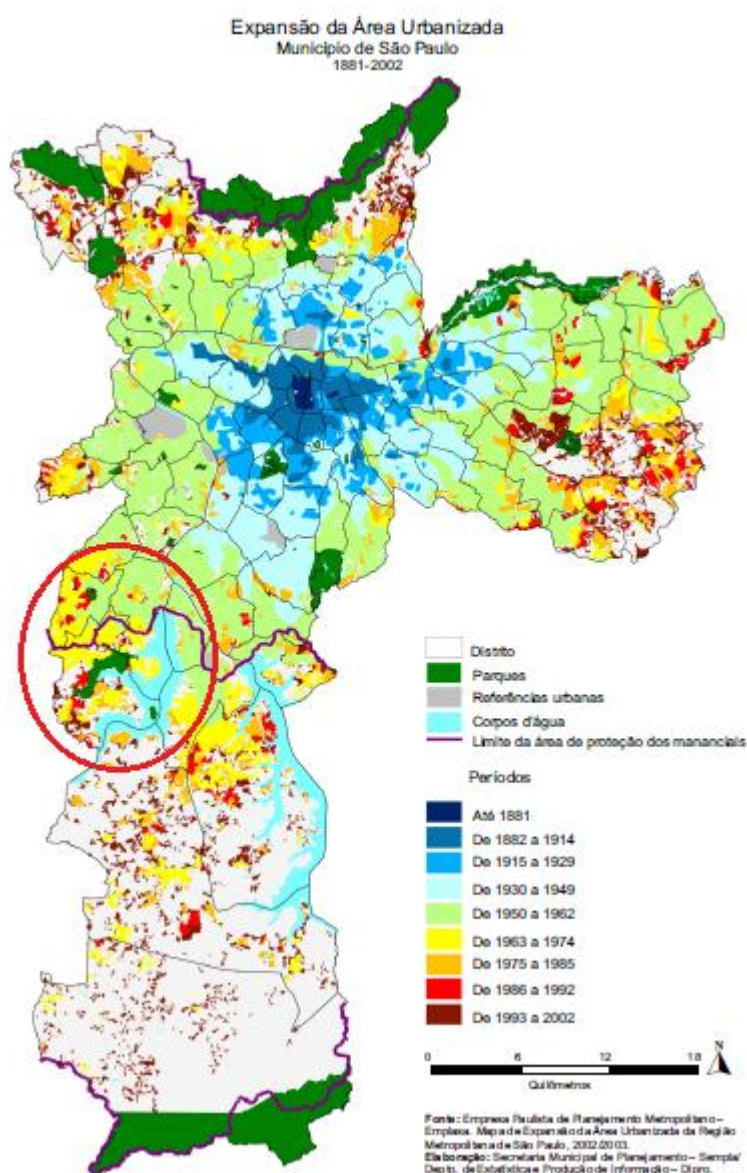
O início da operação dos auto-ônibus entre os anos de 1924-25 que possibilitou o acesso a estas regiões distantes, periféricas e rurais. Ao contrário dos bondes que não chegavam a atingir os limites do município, os ônibus constituem-se num sistema de transporte de baixa capacidade e grande capilaridade. E isto possibilitou o acesso e a venda de lotes nas áreas mais distantes do centro, muitas além das várzeas do Pinheiros e Tietê, que anteriormente eram os limites para a expansão urbana.

O mercado imobiliário baseava-se então na combinação entre dois aspectos. O primeiro: a venda de loteamentos privados na periferia, condicionados pela venda a prestação, o acesso via linhas de ônibus e baixo preço dos lotes por serem desprovidos de benfeitorias urbanas como luz elétrica e saneamento básico. E o segundo, o auto empreendimento da casa própria, que consistia na construção da moradia aos fins de semana e nos dias de folga por parte dos próprios trabalhadores junto a amigos e/ou familiares, sem aprovação de uma planta e sem fiscalização dos órgãos públicos.

A partir do entrelaçamento dos dois aspectos apontados criavam-se as condições para a proliferação de uma solução habitacional precária para a massa trabalhadora que domina o mercado de produção de moradia popular a partir da década de 40. Além de possibilitar o aumento da mancha urbana, através da ocupação das periferias por parte da população de baixa renda.

Também é possível observar a associação entre empresas de loteamento e empresas de ônibus, muitas vezes colocava-se um ponto de ônibus em um extremo da periferia e loteavam somente as áreas próximas a este ponto de parada final. Então, formava-se um bairro distante do centro, e entre estes dois uma grande área verde ainda não loteada, então uma descontinuidade da mancha urbana. Depois de alguns anos, este bairro recém formado recebia benfeitorias urbanas, novos estabelecimentos como mercados ou escolas e novos moradores. Estes aspectos, junto a oferta de transporte por conta do caminho percorrido pelo ônibus até o ponto final, valorizavam as áreas próximas a estes novos bairros - as descontinuidades apontadas - o que aumentava o preço da terra que então eram loteadas (BONDUKI, 1998; CAMARGO *et al*, 1982).

**Mapa 3 - Expansão da mancha urbana de São Paulo entre 1881 e 2002**



Destaque para o período de 1950 a 1962, que marca a maior expansão para áreas dos quatro cantos do município, como na área circulada, que contém a Subprefeitura do M'Boi Mirim **Fonte:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) - PMSP

Destacamos então que o aumento da concentração industrial em São Paulo na primeira metade do século XX teve uma relação umbilical com os processos de urbanização, o desenvolvimento de atividades industriais impulsionou outros setores econômicos e sociais: onde se instalava fábricas de carros, instalavam-se fábricas de autopeças e oficinas mecânicas; onde se concentravam trabalhadores, havia restaurantes que os atendiam nos horários de almoço; a necessidade do disciplinamento da força de trabalho, muitas vezes vinda do campo, trazia a necessidade da criação de Instituição de ensino, técnico ou não. E como apontado acima possibilitou o avanço do mercado imobiliário ancorado na produção da habitação

popular em áreas distantes do centro. Tomamos então como central o argumento de Henry Lefebvre (2013): a industrialização é o processo indutor da urbanização

[...] onde preexistir uma rede de cidades antigas, a indústria a toma de assalto. Apodera-se da rede, remaneja-a segundo suas necessidades. [...] industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social [...] Existe, historicamente um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 2013, p. 16)

Na década de 70, um conjunto de intelectuais em estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo buscou caracterizar os resultados desse processo descrito. Destacou-se que o intenso crescimento econômico da cidade de São Paulo e a expansão da mancha urbana, apoiados na industrialização, acompanharam-se da deterioração das condições de vida de amplas parcelas da população. Junto ao crescimento urbano vieram novos problemas urbanos, que se apresentaram como: déficit de serviços e obras públicas, aumento da mortalidade infantil, más condições de habitação, poluição ambiental, dificuldades no transporte público, insuficiência do lazer e o aumento da criminalidade. E mais, a distribuição espacial da população na cidade acompanha assim a condição social dos habitantes, visto que a compra de terrenos e da casa própria é mediatizado pelo mercado imobiliário apoiados na reprodução da propriedade privada ao preço que caiba no bolso nos diversos indivíduos absorvidos pela produção econômica através de seu trabalho (CAMARGO *et all*, 1982).

## **2.2. A urbanização da área de mananciais da represa do Guarapiranga a partir do Parque Industrial de Santo Amaro**

Para o prosseguimento da pesquisa, torna-se necessário deixar claro o recorte espacial escolhido e os fatores que incidem sobre este. Como o intuito do trabalho é pensar o papel do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto na periferia de São Paulo a partir da Ocupação Vila Nova Palestina, devemos analisar como as determinações gerais da reprodução do espaço urbano, algumas apontadas acima, estão presentes na área de estudo, particularidade do movimento da totalidade.

Assim, torna-se necessário uma breve descrição sobre a região: a Subprefeitura do M'Boi Mirim, área geográfica - sob jurisdição do poder público – com 62,1 km<sup>2</sup> de extensão,

563 mil habitantes e que é subdividida em dois distritos: Jardim Ângela (295.434 hab.) e Jardim São Luís (267.871 hab.)<sup>33</sup>.

O histórico de ocupação dessa área relaciona-se a presença de uma aldeia indígena e a ocupação por imigrantes alemães no século XIX, a proximidade com Santo Amaro e as características da Bacia do Rio Guarapiranga, que influenciaram na construção da Represa do Guarapiranga em 1909

Através da análise do uso e ocupação do solo do entorno da represa do Guarapiranga empreendida por Bielavsky (2006), em aerofotografias de 1962, 1974 e 1994 e de imagem de satélite de 2001, observa-se a situação da mancha urbana e seu crescimento ao longo dos anos relacionado a construção da Represa do Guarapiranga, a formação do parque industrial de Santo Amaro e aos eixos viários (vetores de ocupação como estradas, linhas de ônibus, linhas férreas) que induzem a produção de moradias de baixo e médio padrão. Temos então a alteração das práticas sociais relacionadas a área bacia do rio Guarapiranga. Para caracterização do meio físico da região, façamos uso da descrição da autora:

Abrangendo uma área de 637 km<sup>2</sup>, distribuída em seis municípios: Embu-Guaçu, Embu, Itapeverica da Serra, Cotia, Juquitiba e parte sul de São Paulo (cerca de 40 km do centro urbano); [...] A área de estudos possui *alta densidade de drenagem*. Tal configuração confere ao local uma disposição do terreno que segue o entalhe fluvial; temos uma série de vertentes predominantemente convexas, com vales encaixados de fundo chato e faixas de declividade altas. (Vilela; Ross, 2003).

Do ponto de vista geológico e geomorfológico a Bacia do Guarapiranga é marcada pela *transição sedimentar entre a Bacia Sedimentar de São Paulo e os terrenos cristalinos que a circundam*, a litologia dominante na área de estudos é gnáissica. O relevo dispõem-se de forma alveolar, com altimetrias variando de 750 a quase 900 metros, havendo um divisor de águas maior (onde está a Estrada do M'boi Mirim, com dimensão Inter fluvial de 250 metros), formando em sua crista alongada vertentes com patamares planos e inclinados, que à medida que caem para sul vão ganhando formas convexas (Vilela, F; Ross, J, 2003). (BIELAVSKY, 2006, p. 35, grifo nosso)

As condições naturais da área: alta densidade de drenagem juntamente a disposição do terreno em vertentes convexas que seguem o entalhe do rio possibilitaram a construção da barragem da Represa em 1908, esta obra tinha o intuito de possibilitar o abastecimento de água e energia à cidade. A posterior construção da Represa Billings, a Oeste da Guarapiranga, na

---

<sup>33</sup> Fonte dos dados: Infocidade. Acessado em 13 de janeiro de 2017: <[www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados\\_demograficos/index.php?p=12758](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758)

região Sul do município, também se relaciona com a produção de energia. A Guarapiranga abastece a Usina de Parnaíba e a última manda as águas do Rio Pinheiros para a usina Henry Borden em Cubatão através da reversão do fluxo do rio provocada pelas atividades da Usina de Traição. As duas obras foram tocadas pela *Light and Power Company* que era formada a partir de capitais ingleses e operava em São Paulo desde o início do século (SEABRA, 1987).

Em 1935, o extenso território de Santo Amaro compreendia todo o território ao sul do córrego da Traição (hoje canalizado sob a Avenida dos Bandeirantes), parte da Vila Mariana e da Saúde, todo o Ipiranga e Cursino, estendendo-se até a serra do Mar, incluindo as terras correspondentes aos atuais municípios de Itapeverica da Serra, Embu, Embu-Guaçu, Taboão da Serra, São Lourenço da Serra e Jiquitiba. Este território torna-se parte do Município de São Paulo por conta de um decreto do interventor federal Armando Salles Oliveira.

Seabra (1987) levanta a questão de que a anexação do município de Santo Amaro talvez tenha relações com a questão de produção de energia elétrica por meio das represas Guarapiranga e Billings e com as disputas políticas entre a elite política de Santo Amaro, de São Paulo e a Companhia Light<sup>34</sup>. Outras hipóteses são levantadas, porém essa questão carece da necessidade de mais estudos.

Assim, a caracterização e descrição geográfica e histórica da região do entorno da Represa do Guarapiranga nos serve para a compreensão das diferentes práticas sociais que produziram o espaço da Subprefeitura M'Boi Mirim ao longo do século XX. A área foi ocupada por diferentes tipos uso e ocupações: colonos alemães, indígenas, mineração, extrativismo vegetal, moradias de baixo padrão - como favelas e casas de autoconstrução, residências de médio e alto padrão (condomínios fechados), clubes privados e etc.

Para o movimento da análise, devemos cindir os momentos do uso e ocupação do solo no entorno da Represa. O primeiro momento, do início do século XX até a década de 70, diz respeito ao entorno da represa do Guarapiranga enquanto área rural, onde existiam pouquíssimas áreas urbanizadas e a própria represa era um espaço de lazer paulistano.

O entorno da represa é ocupado por clubes da elite paulistana como o: Yatch Club Santo Amaro, o Clube de Regatas Tietê, entre outros. Além destes a área possuía uma grande quantidade de chácaras, já citadas, que abasteciam a cidade de São Paulo, e loteamentos de alto padrão. Bielavsky (2006) observa, através de uma aerofotografia de 1962, que essa

---

<sup>34</sup>Esta discussão foi levantada em palestra ministrada pela Professora Odette Carvalho de Lima Seabra no II Simpósio Internacional: eletrificação e modernização social. O Sistema Light e a representação social dos rios e várzeas de São Paulo, 2013, realizado no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

ocupação descrita acima era predominante na Represa que constituía uma área de lazer valorizada pela sua beleza paisagística e sua baixa taxa de ocupação, o que conferia uma imagem de uma região tranquila e bucólica, ideal para os dias de descanso e para a prática esportiva, um bairro na área do distrito do Jardim Ângela era até mesmo conhecido como Riviera Paulista.

Em 1908, foi concluída a construção da represa do Guarapiranga, obra importante para o desenvolvimento da região de Santo Amaro. Não demorou muito para a represa virar um ponto turístico na cidade, muito procurada para lazer, devido a suas praias, parques, pesca amadora e esportes, concentrando vários clubes de iatismo em suas margens. (O Estado de S. Paulo, Santo Amaro..., 2014)

Por meio de pesquisa no acervo digital do Jornal “O Estado de São Paulo” foi possível identificar algumas notícias sobre a Guarapiranga ao longo do século XX. Muitas informam sobre as questões do abastecimento hídrico da cidade, porém pudemos observar algumas a eventos esportivos ou de lazer que se realizavam na Represa (Figuras 10, 11 e 12):

**Figura 8** - Matéria do jornal O Estado de São Paulo sobre evento esportivo na represa do Guarapiranga datada de 16/02/36, p. 15.



**Fonte:** Acervo Digital do Jornal o Estado de São Paulo

**Figura 9** – Nota do jornal O Estado de São Paulo sobre competição de remo na Represa do Guarapiranga (23/11/47, p. 15).

## As provas de remo de hoje em Guarapiranga

Será efetuada hoje, às 9 e 30, na Represa de Guarapiranga, a IV Regata da temporada da Federação do Remo de São Paulo, concorrendo as seguintes guarnições:

**1.º pareo — A's 9 e 30 — Auterri-gues a 4 remos com patrão — Qual-quer classe — 2.000 metros**

Balisa 1 — Barco "Comandante Midose" — A. E. Floresta — Patrão, Antonio Munari; remadores: Niblo da Rosa, Marcelino Borges, Sebas-tião Teixeira e Arnaldo Morati.

Balisa 2 — Barco "Guanabara" — C. R. Tietê — Patrão, Paulo Bruno; remadores: Egipto Betti Neto, João Albuquerque de Castro, Ra-fael Laudana e Carlos de Castro.

**2.º pareo — A's 9 e 45 — Auterri-gues a 2 remos, sem patrão — Qual-quer classe — 2.000 metros**

Balisa 1 — Barco "Iguaçu" — A. E. Floresta — Remadores: Oscar Funk e Otocho de Mello.

Balisa 2 — Barco "F. E. B." — C. R. Tietê — Remadores: Avelino Tedeschi e Oreste Favero.

**3.º pareo — A's 10 horas — Esquife — Qualquer classe — 2.000 metros**

Balisa 1 — Barco "N.N." — C. R. Tumiaru — Remador: Henrique Varoli.

Balisa 2 — Barco "Tupan" — A. E. Floresta — Remador: Valtér Buff.

Balisa 3 — Barco "Tupy" — C. R. Vasco da Gama — Remador: Odair Faber.

Balisa 4 — Barco "Tietê" — C. R. Tietê — Remador: Nuno Alexandre Valente.

vier da Silva Lucci; remadores: Vicente Medici, Ramiro Bezerra; Arnaldo Tescari, Angelo Valenzi, José Ramalho, Vilacio de Oliveira, Italo Breda e Ailton Machado de Oliveira.

Balisa 2 — Barco "A. A. São Ben-to" — C. R. Tietê — Patrão, Ro-berto C. Curcio; remadores: Récio Martinelli, Bernardino S. Neto, Max Cagnoni, Isper Rabal, Aurelio Gu-rrian, Fernandes Damiani, Henri Jacques Dufaux e Hans, Artur Wolff.

Balisa 3 — Barco "A. E. Flores-ta" — Patrão, Carlos Rossetti; remadores: Guilherme Fehlow, Mode-sto Guzelmi, Vitor Guzelmi, Mo-desto Zuppo, Cesar Cantagali, João Bacheretti, Miguel A. Laporta e Romulo Camin.

Premios: Medalhas de prata e ouro aos vencedores.

Julizes e comissões: Arbitro geral, Gerino Bispo, presidente em exer-cício da F. R. S. P.

Julizes de partida: Adolfo Bolche-res (relator), Eduardo de Tomasi e Januario Oliva.

Julizes de percurso: A Comissão Técnica da Federação do Remo de São Paulo.

Julizes de chegada: Candido Cor-tez (relator), Antonio Ziravello e José Saratva.

### T E N I S

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA  
PALMEIRAS

Para os jogos do Campeonato de Veteranos, com o C. R. Tietê, o

Fonte: Acervo Digital do Jornal o Estado de São Paulo

Na pesquisa no acervo encontramos também anúncios de festas e anúncios imobiliários, de venda e locação de casas no entorno da represa, o que nos indica que para além de espaço de práticas esportivas, a região constituía um espaço de descanso ou de reunião para os cidadãos de São Paulo:



**Figura 10** - Anúncio de casa na região do Guarapiranga para aluguel na seção de classificados do jornal o Estado de São Paulo (02/04/48, p. 12).

**PAULISTA, RUA DE A. REGIÃO DE GUARAPIRANGA, 100**  
dia:

- a) — tomada de contas da Administração, exames e discussão do balanço e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1947;
- b) — eleição da Diretoria para o período de 1948-1949;
- c) — eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício de 1948.

São Paulo, 30 de março de 1948.  
**DR. CARLOS COMENALE**  
Diretor-Presidente  
**ARMANDO RIBEIRO FERREIRA JUNIOR** — Diretor Gerente Administrativo.

---

**BOLSA OFICIAL DE VALORES DE SÃO PAULO**  
EDITAL

Venda de títulos por alvará  
Decreto Estadual n. 4.551, de 13 de fevereiro de 1935

O Corretor Sr. Dr. Armando de Lemos Pereira Lima designado pelo Conselho Superior desta Bolsa, em cumprimento ao respeitável Alvará do MM. Juiz de Direito da Comarca de Jaboticabal (Ext. S. Paulo), expedido em 18 de março de 1948, venderá, em leilão, no prelo do dia 12 de abril de 1948 às 15:30 horas, na Bolsa Oficial de Valores de São Paulo, 1.500 (mil) ações do Banco de Crédito Nacional S.A., do valor nominal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzados) cada uma, em 5 (cinco) lotes de 200 (duzentas) ações cada um.

Bolsa Oficial de Valores de São Paulo, em 3 de abril de 1948.

**CASA VAÇA**  
Família que se muda para interior compra-se casa vaga com 2 dormitórios, até Cr\$ 20.000,00 em cidades do interior de São Paulo e Minas Gerais.  
Cartas dando detalhes só até 2 de corrente mês, para J. C. BARBOSA, à Rua Taquari, St. Mooca, São Paulo.

---

**ANÚNCIOS CLASSIFICADOS**  
Departamento de Publicidade do  
"O Estado de S. Paulo"  
Fones 2-3003

---

**CASAS . ALUGAM-SE**

**CASA SANTO AMARO**  
ALUGA-SE CASA A' BEIRA DA REPRESA GUARAPIRANGA. LUZ, MOBILIADA, BOA ESTRADA, PRAIA PROPRIA. Cr\$ 2.000,00. TRATAR COM JOÃO, BOA VISTA, 110. TELEFONE 3-6325.

---

**CASA-ALUGA-SE**  
Na rua Cubatão, 833, 4 dormitórios, sala visita, jantar, despensa, cozinha, fogão a gás ligado e demais comodidades, tipo apartamento. Aluguel Cr\$ 3.800,00 — Tratar na mesma.

**Casa mobiliada na Vila Mariana**  
Aluga-se casa mobiliada com gás, telefone e ótima condução, contendo 3 dormitórios, 2 salas e demais dependências. Tratar com d. Branca Salles, no 17.º Ta-

**Barra Funda - Bom Retiro**  
**T E R R E N O**  
A RUA HAVANES ESQUINA COM VISCONDE DE TAUNAY, MEDINDO 15 x 17 — A UMA QUADRA DOS BONDES CASA VERDE E JARAGUÁ E DUAS DO ONIBUS. LUZ, FORÇA E AGUA. COMPLETAMENTE PLANO E CONSERVADO.  
Detalhes e mais informações:  
**J. F. MATTOS MARTINS**  
Rua Xavier de Toledo n.º 46  
1.ª. sobreloja — Sala 10 — Fone: 6-6173  
Filial ao Sindicato dos Corretores de Imóveis e da Associação Comercial  
Atende-se também aos sábados à tarde

---

**ESCRITÓRIOS**  
**S A L A S**  
Alugam-se ótimas salas no EDIFÍCIO CONSORTIO, à rua Barão de Itapetininga n.º 275. Informações com o ZELADOR ou na Administração do Edifício.

Fonte: Acervo Digital do Jornal o Estado de São Paulo

A partir da década de 70 esse uso da represa e do seu entorno, enquanto espaço de recreação, se altera. Bielavsky (2001) analisando aerofotografia de 1974 observa que já existe um foco de ocupação de baixo padrão, por conta do loteamento e comercialização de glebas dessas áreas para a população de migrantes trabalhadores.

Na área, ainda existem algumas culturas próximas principalmente às chácaras, e poucas áreas de lazer, mostrando a alteração do uso da área, que deixa de ser de lazer para começar a se tornar de ocupação urbana, como meio de moradia para as classes de mais baixa renda. (BIE LAVSKY, 2006, p. 43)

Essa procura por lotes por parte desta população vem por conta do fortalecimento do parque industrial de Santo Amaro, que funciona como polo de atração para os recém-chegados trabalhadores migrantes. Essa dinâmica altera as formas de ocupação da represa, fortalecendo uma ocupação urbana residencial, de baixo, médio padrão, que predomina na aerofotografia de 1994, também existem algumas moradias de alto padrão, em amplos terrenos, muitas vezes dentro de condomínios privados (BIE LAVSKY, 2006).

A formação do parque industrial de Santo Amaro responde a um momento da economia nacional e do crescimento da metrópole de São Paulo. A partir de 1930, por meio da ação do Estado são produzidos os fatores e condicionantes para o desenvolvimento da indústria de

base e, posteriormente, a constituição de um parque industrial nacional diversificado sob determinação da divisão internacional do trabalho do e pelo investimento de capital estrangeiro no pós-guerra (anos 1950).

Logo, Pádua (2009) destaca que a industrialização paulista passa por dois períodos, o primeiro que vai do final do século XIX até 1930 e um segundo que se inicia no governo autoritário de Getúlio Vargas e ganha grande impulso na década de 50 a partir de esforços do governo federal sob mandato de Juscelino Kubitschek. O período(1930-1960) foi economicamente dirigido e influenciado pelos debates entre economistas Liberais e Desenvolvimentistas.

O primeiro momento da industrialização brasileira foi discutido na seção 2.1 e denota a importância da indústria para o crescimento de São Paulo. O segundo merece atenção maior por estar fortemente vinculado aos propósitos temáticos dessa pesquisa. Devemos então pensar o processo de diversificação da produção industrial nacional, enquanto momento de aprofundamento do capitalismo brasileiro sob a égide do Estado na figura do presidente Juscelino Kubitschek que buscou empreender a modernização das forças produtivas nacionais.

A proposição política para desenvolvimento econômico de JK denominava-se “50 anos em 5” e objetivava: a atualização da infraestrutura necessária para expansão da indústria no Brasil por meio da atração de investimentos e de empresas estrangeiras, o incentivo ao desenvolvimento e diversificação da produção industrial nacional e o incentivo a ocupação de regiões do Brasil que permaneceram como grandes vazios demográficos.

As políticas presentes no Plano de Metas deste governo promoveram a implantação de novos ramos industriais como: o setor automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia.

Junto a estes, enquanto condicionante desse processo, o Estado lançará um vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem (construção de silos e portos). O estado tornará possível também o avanço da fronteira agrícola para as regiões Norte e Centro-Oeste, com obras como Brasília, a rodovia Belém-Brasília, incentivos fiscais e agrícolas.

Para isto ser possível, houve a necessidade de importar conhecimento tecnológico das nações industrializadas, fornecer linhas de créditos para as empresas nacionais e contrair empréstimos para a atualização da infraestrutura e da rede viária do país. (OLIVEIRA, 2013). As grandes empresas se estabelecem por meio de condições espetaculares para a reprodução de seus capitais.

[...] presença de uma grande oferta de força de trabalho barata e sempre sobrando, a presença de um mercado consumidor significativo, um Estado pouco preocupado em proteger e amparar a classe dos trabalhadores através da imposição de leis trabalhistas e políticas sociais compensatórias [...] que pelo contrário, sempre abafou qualquer tentativa de manifestação popular e procurou oferecer as condições de infra-estruturas e medidas fiscais para o grande capital internacionalizado, sobretudo nos anos da ditadura militar. (BERTOLOTTI, 2010, 150)

O objetivo do plano consistia na entrada de capital estrangeiro e o incentivo estatal para promoção de um modelo econômico de “substituição das importações”, ou seja, possibilitar que a produção industrial no território nacional de bens de consumo duráveis e não-duráveis que seriam obtidos via importação, deveria suprir e fortalecer o mercado interno e assim promover o crescimento econômico.

Também houve esforço em levar o progresso econômico para regiões do Brasil “deprimidas” economicamente, como o Nordeste, o Norte, o Centro-Oeste. Porém, São Paulo e os estados do Sudeste em geral, ainda concentram grande parte do capital e da infraestrutura atrativa para a indústria. Desta forma, mais uma vez há uma expansão do parque industrial da cidade e dos municípios próximos a São Paulo, este momento constitui um embrião da posterior Grande São Paulo (COELHO, 2008).

A expansão da indústria em São Paulo assim se dá próxima às avenidas marginais, recém-inauguradas, que se ligavam às principais rodovias da cidade. A região de Santo Amaro estava próxima a marginal do rio Pinheiros, e possuía a infraestrutura atrativa para a expansão industrial, como linhas de bonde, energia elétrica, as vias marginais. Assim vai constituir um forte parque industrial na cidade. Como Coelho nos expõe:

Embora fosse um bairro da periferia da Capital, Santo Amaro possuía a infraestrutura necessária à industrialização. Desde 1886 ali funcionava a estrada de ferro São Paulo-Santo Amaro, que foi substituída por bondes elétricos em 1906. Ainda como cidade, desde o início do século XX vinha se aparelhando, juntamente com a capital, com os „serviços essenciais de infraestrutura tais como o fornecimento de energia elétrica em escala, extensão dos serviços de fornecimento de água, de gás encanado, de transportes com os bondes elétricos e posteriormente com ônibus. (COELHO, 2008, p. 23)

Desta forma podemos observar que a atual região de Santo Amaro constitui uma importante centralidade em tempos passados que é tomada pela dinâmica da industrialização sob os pressupostos da diversificação do parque nacional sob influência do capital estrangeiro

e da divisão internacional do trabalho desenvolvida no pós guerra.

A partir dos anos 50 cresce o número dos estabelecimentos industriais em Santo Amaro, a maior parte destes de ramos industriais mais complexos como: química, metalurgia, plásticos, material de transporte, mecânica, borracha e material elétrico. A evolução constante do número desses estabelecimento até 1985 nos expõe a formação do parque industrial e seu auge na segunda metade do século XX.

**Tabela 2** - Evolução dos estabelecimentos industriais em Santo Amaro até 1985

| <i>Décadas</i> | <i>Total Acumulado</i> |          |
|----------------|------------------------|----------|
|                | <i>N</i>               | <i>%</i> |
| Até 1938       | 11                     | 0,8%     |
| 1938 -1955     | 103                    | 7,1%     |
| 1955 - 1961    | 283                    | 19,6%    |
| 1961 - 1966    | 544                    | 37,7%    |
| 1966 - 1973    | 1002                   | 69,4%    |
| 1973 - 1985    | 1443                   | 100,0%   |

**Fonte:** Coelho, M. N. G.(Org.) Apud Américo, A. S. D., 2017

**Organização:** Alex da Silva Dias Américo

A grande oferta de empregos, as fábricas da região atraiu migrantes vindos de outras regiões do país, principalmente nordestinos e mineiros. Estes compram lotes em áreas vizinhas a Santo Amaro, do outro lado da margem do Pinheiros nos atuais distritos do Jardim São Luiz, Jardim Ângela, Capão Redondo, Campo Limpo e Campo Grande, regiões onde predominava um modo de vida rural que aos poucos vai alterando-se com a comercialização de glebas das antigas chácaras da região.

Como processo exposto na seção acima por Bonduki (1998) e Camargo et al (1982), a comercialização de glebas de terras provenientes do loteamento de chácaras e a construção da casa por parte da trabalhador, sua família e amigos, constituiu o modo de acesso à habitação popular para a massa populacional que se deslocava do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida. A viabilização do acesso a moradia a classe trabalhadora se dá pelo trinômio loteamento-periférico / casa-própria / autoconstrução, que se difundiu com intensidade na região.

Em Santo Amaro e nas regiões na margem oeste do rio Pinheiros, esse processo constitui-se engendrando novos espaços segregados e desiguais. Se na margem leste do Rio Pinheiros vemos o crescimento dos estabelecimentos industriais, o movimento dos trabalhadores, estabelecimentos comerciais e instituições de ensino como o Senai e diversas escolas municipais e estaduais na centralidade de Santo Amaro, a ponte em direção a margem

Oeste do rio marca a divisão de duas realidades, a periferia materializada.

Nas áreas do Jardim São Luís e Socorro observam-se algumas unidades fabris, porém, o que predomina é a enorme quantidade de assentamentos precários, sem acesso a equipamentos urbanos, como saneamento básico. Na década de 70 essa realidade contrastante apresenta-se nos dados estatísticos recolhidos pela prefeitura de São Paulo.

Uma das áreas apontadas na obra “São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza” (1982) que expressa a crescente desigualdade econômica e social da cidade, através de diversos dados e tabelas, é a região de Santo Amaro<sup>35</sup>. Segundo levantamento de 1968 da Prefeitura do Município de São Paulo, apenas 49,9% dos domicílios possuem acesso a água encanada, 61,1% possuem esgoto tratado, 56,8% com pavimentação e apenas 19% têm coleta de lixo (CAMARGO *et all*, 1982). Estes dados expressam a realidade social contrastante que foi produzida a partir do avanço da grande indústria com a formação do parque industrial de Santo Amaro.

Para além das tabelas que expõe as condições precárias da população paulistana, o estudo nos aponta conclusões importantes. A industrialização de São Paulo ocorreu de forma intensa e com taxas de crescimento elevadíssimas, este crescimento estava assentado em formas de exploração intensa do trabalho, promovendo o arrocho salarial e mesmo relações de trabalho precárias. Portanto, a implantação de um modelo altamente rentável para os setores empresariais só foi possível com base na exploração intensiva da força de trabalho.

**Tabela 3 - Distribuição da Renda no Brasil (% da Renda Total)**

| % DA POPULAÇÃO                       | 1960   | 1970   |
|--------------------------------------|--------|--------|
| 1% da população de renda mais        |        |        |
| A) elevada                           | 11,70% | 17,80% |
| B) 4% seguintes na escala            | 15,6   | 18,50% |
| 15%                                  |        |        |
| C) seguintes                         | 27,20% | 26,90% |
| 30%                                  |        |        |
| D) seguintes                         | 27,80% | 23,10% |
| E) 50% restantes de renda mais baixa | 17,70% | 13,10% |

**Fonte:** DUARTE, J.C. - *Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970*. Piracicaba, ESALQ-USP, 1971. Apud Camargo et all (1982)

A tabela acima exemplifica nesse período de aumento da concentração de renda por

<sup>35</sup> Deve-se destacar que o levantamento presente no Quadro Nº 2 na página 28 da obra de Camargo (1982), não explicita os limites territoriais da área de Santo Amaro. Portanto, consideramos que o levantamento agregou diversas áreas sob a mesma denominação, logo, consideramos que os atuais distritos: Campo Grande, Socorro, Jardim São Luís, Jardim Ângela, Capão Redondo, devem ser considerados Santo Amaro para o estudo.

parte dos 5% da população com renda mais elevada. A desigualdade é latente e a queda da qualidade de vida da população da cidade de São Paulo se aprofunda: muitos domicílios estão desprovidos de serviços urbanos, crianças com deficiência nutricional e a queda do salário mínimo real são apenas alguns exemplos da situação dos anos 70.

Temos então uma contradição: o crescimento econômico acelerado produz a pobreza. Enquanto alguns concentram a maior parte da riqueza produzida, a classe trabalhadora encontra-se superexplorada e com condições de vida precárias.

[...] semelhante modalidade de acumulação alicerçou-se em *acentuado aumento da produtividade do trabalho, que não só deixou de ser repassado aos trabalhadores, como também os salários de boa parte destes, em particular dos segmentos não qualificados, deterioraram-se em termos reais*. Nesse sentido, aponte-se que o patamar mínimo de remuneração, entre 1959 e 1990 em São Paulo, decresceu em termos reais de 70%. (KOWARICK, 2009, p. 20, grifo nosso)

Este contexto de baixos salários, desgaste decorrente das longas jornadas de trabalho do período de expansão econômica ou o desemprego e subemprego têm levado a enorme dilapidação da energia física e mental dos trabalhadores. Os trabalhadores moram em habitações precárias, desprovidas de infraestrutura urbana, muitos estão subnutridos e não tem acesso a serviços médicos adequados, ao sistema educacional ou mesmo aos direitos garantidos pela constituição.

Todos estes elementos negados no cotidiano urbano são fundamentais para a reprodução da força de trabalho e expõe outro ângulo da degradação da vida nas periferias dos grandes centros urbanos. Portanto, para além dos aspectos da exploração do trabalho – que está diretamente ligada - temos um conjunto de situações que o para o autor constitui um processo de espoliação e extorsão cotidiana na vida do habitante da cidade, e principalmente os moradores da periferia:

[...] espoliação urbana: é a *somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia* apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta. Na Grande São Paulo são inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos geralmente clandestinos e destituídos de benfeitorias básicas, isto para não falar da inexistência de áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, da poluição ambiental, da erosão e das ruas não pavimentadas e sem iluminação.

Na área de estudo, Subprefeitura M'Boi Mirim, são inúmeras as manifestações dessa situação espoliativa, as longas horas despendidas no transporte público no trajeto casa-trabalho, a precariedade de vida nas favelas, cortiços ou casas autoconstruídas em terrenos, clandestinos ou não, desprovidos de infraestrutura urbana e/ou com falta de equipamentos culturais e de lazer, as enchentes nos dias de chuva, as ruas não pavimentadas, entre outras situações espoliativas. Tornam-se recorrentes diversas manifestações na região: protestos contra as más condições do transporte público, caminhadas em homenagem a jovens assassinados, entre outros.

### 2.3. Criminalização dos moradores da área de mananciais

Entre 1950 e 2010 a população da subprefeitura de M'Boi Mirim aumentou mais de 3% ao ano, o aumento populacional vincula-se à procura de moradia em terrenos baratos na área da bacia do Guarapiranga

**Tabela 4 – População recenseada  
Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais**

| Unidades Territoriais | 1950             | 1960             | 1970             | 1980             | 1991             | 2000              | 2010              |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| <b>MSP</b>            | <b>2 151 313</b> | <b>3 667 899</b> | <b>5 924 615</b> | <b>8 493 226</b> | <b>9 646 185</b> | <b>10 434 252</b> | <b>11.253.503</b> |
| <b>M'Boi Mirim</b>    | <b>10 902</b>    | <b>30 754</b>    | <b>121 141</b>   | <b>271 214</b>   | <b>382 657</b>   | <b>484 966</b>    | <b>563.305</b>    |
| Jardim Ângela         | 4 325            | 12 199           | 48 052           | 107 580          | 178 373          | 245 805           | 295.434           |
| Jardim São Luís       | 6 578            | 18 555           | 73 089           | 163 634          | 204 284          | 239 161           | 267.871           |

**Fontes:** IBGE: Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1950 e 1960;

SMDU/Dipro - Retroestimativas e Recomposição dos Distritos para os anos 1950, 1960, 1970 e 1980;

Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SMDU - Departamento de Estatística e Produção de informação/Dipro

Como colocado no início na seção 2.2. a área de estudos possui alta densidade de drenagem, diversas nascentes e mananciais que abastecem a reservatório Guarapiranga. Além de uma série de vertentes convexas com faixas de declividade e diferentes altitudes que variam de 950 metros à 750 nos vales fluviais. Região de terrenos irregular e de formas variadas.

Essas condições possibilitaram a construção do reservatório e foram determinantes para o baixo valor das terras do entorno da represa. No contexto das possibilidades dos operários e dos trabalhadores, esses terrenos tornaram-se o acesso a casa, à vida e reprodução na cidade, porém tornaram-se objetos de reivindicações devido a condição de precariedade da

moradia nessas áreas.

Temos então uma questão central para o avanço da urbanização no fragmento: o acesso à moradia mediante o mercado da propriedade privada da terra. É na casa que o homem se abriga das intempéries do tempo, se protege para poder descansar e boa consciência, mundo da sociabilidade privada, lugar de realização das necessidades básicas mais elementares (banhar-se e dormir), espaço de convívio familiar, e mais, espaço de abrigo as dificuldades do cotidiano de espoliação e extorsões, possibilidade de investimento ou mesmo condição para a apropriação e a circulação do indivíduo no espaço urbano (BERTOLOTTI, 2010; KOWARICK, 2009).

O processo de avanço da urbanização a partir da ocupação do solo por uso residencial de baixo padrão - cortiços, favelas e autoconstrução – pela população de baixa renda na área de mananciais abastecem o reservatório Guarapiranga engendra diferentes tipos de disputas e confrontos entre diferentes grupos sociais. A área apresenta de forma concentrada os problemas que ocorrem no conjunto da malha urbana.

O Estado, em nível municipal, estadual e nacional, vem buscando ao longo dos anos a partir do planejamento e zoneamento urbano a gerir a associação entre o uso do solo e qualidade das águas destinadas ao abastecimento público.

Em 1976 é criada a Lei Estadual de Proteção aos Mananciais<sup>36</sup>, que é da mesma forma que os escritos de sociólogos, economistas e arquitetos, uma resposta aos problemas decorrentes da urbanização acelerada e desordenada. Esta lei é parte de um conjunto de medidas propostas pelo Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado de 1971 que deveria redirecionar o crescimento das cidades.

Esta legislação entendia que o adensamento populacional nas proximidades das represas era o responsável pela degradação do meio ambiente, e para reverter esse processo buscou restringir o percentual de edificação nessas localidades.

Porém, as dinâmicas de ocupação - enquanto prática social - foram mais fortes que a própria lei na região sul, onde estão os reservatórios Billings e Guarapiranga. Os mecanismos implantados restringiram-se a controlar e normatizar o parcelamento do solo, sem interferirem de fato nas dinâmicas da expansão urbana. Não foram implantados instrumentos e dispositivos legais que viessem aparelhar o poder público para contenção da especulação imobiliária e construção ou financiamento de habitação popular. Parece que a legislação não levou em conta

---

<sup>36</sup> Ver Lei nº 1.172, de 17/11/1976 que disciplina o uso do solo para proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo



que no capitalismo a terra é um ativo financeiro importante.

[...] a bacia do Guarapiranga é marcada pela disputa entre objetivos contraditórios. De um lado, as necessidades de preservação dos mananciais, incorporada no discurso oficial e na legislação de uso e ocupação de solo. De outro, a necessidade de atendimento à demanda habitacional da população trabalhadora, inviável nas condições de mercado imobiliário da região metropolitana, principalmente pela falta de políticas metropolitanas. Por isso, a ocupação por milhares de pessoas acontece de forma clandestina e irregular. (SPORL; SEABRA, 1997, 116)

A ocupação da área de mananciais produz múltiplos problemas sociais e ambientais: falta de saneamento básico, poluição de canais fluviais, impermeabilização do solo, aumento das enchentes, deslizamentos de terras. O conflito entre a lei de proteção aos mananciais versus a prática social de ocupação na Bacia do Guarapiranga aparece de múltiplas formas nos noticiários e no imaginário social.

Para os moradores da região: condição precária, porém necessária de moradia. Para o Poder Público: questão problemática que é regulada via planejamento urbano, sob a ação de engenheiros sanitaristas e discursos ambientalistas que buscam garantir a qualidade do abastecimento de água a cidade e a preservação dos mananciais e das manchas de áreas verdes.

Discursos e ações que esvaziam ou escamoteiam o conteúdo social da crise hídrica e ecológica, ou mesmo, configuram e responsabilizam parcelas e grupos sociais como responsáveis diretos por esses problemas. Este processo se dá através das imagens veiculadas pela mídia de massa.

*Os invasores de terra, os loteamentos clandestinos e os caminhões limpa-fossa são os grandes inimigos da represa. No primeiro grupo, são cerca de 150 mil pessoas, que moram em 130 favelas e têm um canal direto entre a válvula de descargas e Guarapiranga. (CASTRO, Guarapiranga..., 1993, apud SPORL; SEABRA, 1997)*

Temos então um discurso e um conjunto de leis que criminalizam o morador de lotes na área de proteção aos mananciais. Esse discurso baseia-se na ideia de sustentabilidade, que busca um equilíbrio entre o homem e a natureza, tido opostos. Porém como pensar um equilíbrio se a necessidade por moradia no capitalismo é frequentemente reposta?

## **2.4. Reestruturação produtiva e as reconfigurações no mundo do trabalho**

O cenário da espoliação urbana se torna mais complexo em decorrência da crise econômica dos anos 80 e do processo de desconcentração das atividades industriais de São

Paulo para outras regiões que se apresentavam mais vantajosas.

A partir dos anos 80 e 90, observa-se o fenômeno da desindustrialização na Grande São Paulo – a redução relativa da participação na produção industrial total do país – e a constituição de novas centralidades, evidenciando o papel pioneiro na reestruturação econômica como metrópole global

As transformações na metrópole são decorrência dos processos desencadeados na Terceira Revolução Industrial que a partir da inserção de novas máquinas (fruto dos avanços da informática e microeletrônica) aumentou a produtividade industrial, ao mesmo tempo em que se reduziram os postos de trabalho. Desta forma, a nova lógica de produção *Just in time* baseia-se em unidades produtivas pequenas e médias, no uso de tecnologia de ponta (com destaque para os avanços da informática, comunicações e microeletrônica), para a produção sob demanda (BERTOLOTTI, 2010).

Logo, a partir dos anos 70 nas nações com indústria mais antiga, a atividade produtiva alterou-se, passando a um regime de acumulação flexível: centralidade em empresas de tecnologia de ponta, produção e distribuição *Just in time*, produção de centralidades, metrópole enquanto nexo da economia globalizada, sede de corporações e do terciário moderno. Em decorrência destes processos temos a compressão espaço-tempo, o capital busca diminuir as distâncias espaciais através dos meios tecnológicos para diminuir o tempo de realização do capital, e isso significa novas alterações no espaço urbano, que centram-se não mais na indústria fordista, mas em novas espacialidades que favoreçam a realização e acumulação do capital (HARVEY, 1992; GOTTDIENER 1990)

Destaca-se que ajustes neoliberais anos 90, decorrentes das múltiplas crises do capitalismo global pós 1973, promoveram a reestruturação produtiva do capitalismo brasileiro, causando a flexibilização das relações de trabalho, a partir a redução dos postos de trabalho na indústria e o avanço do setor terciário.

Essa lógica levou a mudanças profundas no mercado de trabalho. Logo, temos uma situação de precarização das relações de trabalho, evidenciada no aumento da informalidade, na redução dos postos de trabalho na indústria e no inchaço do setor de serviços e comércio, que é subdividido em diversos ramos, desde subempregos aos serviços especializados. Ao mesmo tempo em que o emprego concentrado, reduzido, tecnificado, exige um “trabalhador ambivalente” e numa quantidade menor tornou-se a miragem que não mais seduz os cidadãos, pela impossibilidade da maioria em atingir estes postos.

Damiani (2004) aponta que estes aspectos compõem a “negatividades do trabalho”, que sinalizam a crise na economia moderna. Temos um movimento de proletarização

generalizada, uma pré-disposição dos habitantes da metrópole ao trabalho sem que haja emprego para todos, não se trata mais somente da superexploração do trabalhador, mas do desemprego generalizado, negação da categoria trabalho, que é fenômeno e aparência da crise do trabalho contida no processo do capital.

Pois, vejamos: o capital repõe suas condições a partir da apropriação da mais-valia - horas de trabalho não remunerado - nas condições atuais temos com a inserção de novas tecnologias nos processos industriais a redução do momento do trabalho na produção de mercadorias, o que denota uma contradição, pois só o trabalho gera valor! Temos então a negação do trabalho enquanto momento constituinte da realização do capital. Ou seja, o desemprego generalizado, crise do trabalho e o inchaço de postos de trabalho que não se relacionam mais a produção, mas a simples circulação de dinheiro baseada em produtos que não tem valor e só oferecem a representação monetária fictícia, vendedores ambulantes, microempresários. O trabalho improdutivo constitui novas formas de sobrevivência na metrópole.

Este processo está assentado no processo de financeirização: os capitalistas não recebem mais a mesma percentagem de lucro nos empreendimentos industriais devido a queda tendencial da taxa de lucro, pois o capital encontra diversas barreiras para sua constante realização nos patamares necessários. Assim, buscam formar trustes verticais e horizontais, se capitalizar no mercado financeiro, a partir da venda e compra de ações e valorizar seus diversos empreendimentos. A valorização e mercantilizarão do espaço urbano a partir da atuação do capital imobiliário na figura das grandes corporações e incorporadoras é o fenômeno que expõe os movimentos críticos do capital e da reprodução da cidade enquanto negócio, diversas são as formas e ações na cidade: operações urbanas, concessões urbanísticas (CARLOS, 2008). Exemplo desse processo foi a Operação Faria Lima que buscava através de um instrumento aprovado na câmara dos vereadores produzir uma nova centralidade para o terciário moderno próximo a marginal Pinheiros.

Em relação a Santo Amaro, esse movimento de alteração da base produtiva nacional no contexto da globalização, levou a redução do número de estabelecimentos industriais, mas manteve a importância de Santo Amaro enquanto centralidade e localização de outros segmentos industriais, comerciais e imobiliárias. Como podemos ver no trabalho de Américo (2017): a região ainda possui uma das maiores áreas industriais construídas e um dos maiores valores adicionados do estado na indústria química e alimentícia. Portanto muitas fábricas foram compradas por incorporadas e derrubadas para a construção de novos condomínios, porém muitas ainda permanecem em operação.

As indústrias de bens de consumo não-duráveis se mantiveram junto a diversos empreendimentos imobiliários, shoppings e centros de comércio popular, universidades, escolas entre outros. Santo Amaro continua sendo uma região que oferece muitos empregos, mas que não são majoritariamente na indústria, como em outros tempos. Como podemos observar a tabela a seguir:

**Tabela 5 - Estabelecimentos e Empregos Formais no Setor do Comércio, Serviços, Indústria de Transformação e Construção Civil - 2014**

**Município de São Paulo, Subprefeitura de Santo Amaro**

| Distrito    | Comércio   |          | Serviços   |           | Indústria de Transformação |          | Construção Civil |          |
|-------------|------------|----------|------------|-----------|----------------------------|----------|------------------|----------|
|             | *Estabc/os | Empregos | *Estabc/os | Empregos  | *Estabc/os                 | Empregos | *Estabc/os       | Empregos |
| MSP         | 100.682    | 932.696  | 136.759    | 2.640.005 | 27.847                     | 521.724  | 10.323           | 313.070  |
| Santo Amaro | 4.797      | 60.186   | 7.161      | 191.065   | 1.063                      | 37.008   | 432              | 26.266   |

**Fonte:** Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais – Rais.

**Elaboração:** SMDU/Deinfo

**\*Obs.:** Estabelecimento formais com empregos

Observa-se mais de 250 mil empregos no setor de comércio e serviços, quase 30 mil relacionados ao mercado imobiliário representado pela construção civil, e apenas 37 mil na indústria de transformação, este último é notável para o contexto da metrópole, mas ao mesmo tempo expressa a redução dos postos de trabalho na indústria frente a expansão do setor terciário. Deve lembrar que a pesquisa não considera estabelecimentos informais, o que traria grande impacto nos dados.

Logo, as alterações da base produtiva e das relações de trabalho, sob o contexto da globalização, levaram a uma nova configuração nas relações de trabalho e na situação do emprego globalmente, e essas condições também se apresentam no fragmento de pesquisa.

Essas condições reverberam nas formas de organização dos movimentos sociais pautados na mobilização da classe trabalhadora, porém, destaca-se que o contexto político, social e cultura dos movimentos dos anos 70 são diferentes das atuais. E isso nos aponta rupturas e descontinuidades que estão presentes nas formas de mobilização atual.

## **2.5. Movimentos sociais: a emergência de novos sujeitos políticos nos anos 70**

Para analisar a organização e emergência dos movimentos sociais organizados devemos pensar dois momentos distintos: o fortalecimento destes no contexto da reabertura política do final dos anos 70 e as novas formas de organização pautadas na luta anticapitalista evidenciada

## MTST

Primeiramente, destaca-se que ao contexto da industrialização de Santo Amaro e da urbanização da área mananciais agregam-se questões como: a impossibilidade do acesso a equipamentos sociais, o rebaixamento dos salários, o transporte público precário e lotado, o aumento do custo de vida, entre outros. Essas questões afetam o cotidiano dos trabalhadores de todo o país durante o governo da Ditadura Militar (1964-1985).

Muitos desses problemas relacionam-se a questão da moradia e sua localização, a partir desta temos acesso a vida urbana. Aos equipamentos sociais, espaços públicos e privados. Logo, em um contexto em que os trabalhadores viviam nas periferias, longe dos centros e sem qualidade de vida em seus bairros inicia-se a articulações mudanças e melhorias locais.

Deve-se notar que além dos problemas enfrentados por quem possui uma casa, existe também uma rotatividade nas formas de moradia de muitos trabalhadores, entre cortiços, favelas e a autoconstrução. Logo a inconstância em formas precárias de moradia é permanente no cotidiano de amplas parcelas da população (GOULART, 2011).

Desta forma, a questão da moradia torna-se fulcral como elemento da mobilização da classe trabalhadora nos anos 70. Os movimentos que se mobilizam a partir dos problemas dos bairros se articulam com outros agentes que atuam nessas áreas empobrecidas: a Igreja Católica e os movimentos de oposição sindical.

A partir da leitura de Eder Sader (1988) destaca-se que no Vila Remo, bairro próximo ao Jardim Ângela e a Estrada do M'Boi Mirim, foi organizado o primeiro Clube de Mães em uma igreja. As mulheres participantes deste, junto aos padres, organizaram redes de solidariedade e fizeram diversas reivindicações sobre questões do bairro, como o acesso a equipamentos de saúde de qualidade e ao ensino público para as crianças.

Posteriormente, entre 1975 e 1978, o crescimento desses movimentos em diversas regiões de São Paulo levou a formação do Movimento do Custo de Vida, que reivindicava o congelamento dos preços dos alimentos, o aumento salarial dos trabalhadores e a construção de escolas e creches.

Este movimento articulava a população dos bairros a partir da reunião das mulheres, que se articularam ao longo dos a partir das reuniões na Igreja Católica.

No mesmo contexto, cresce a força da Oposição Metalúrgica de São Paulo entre 1974 e 1979, movimento sindical contrário a postura da situação dos sindicatos e das condições de trabalho no país, estes primeiramente lutavam por questões locais de cada fábricas: qualidade do restaurante, equipamentos de trabalho, etc. Posteriormente começaram a promover ações por aumento salarial e retomada dos direitos políticos.

Destaca-se que os movimentos de oposição sindical tinham força no parque industrial de Santo Amaro, depois de 74 os operários se reuniam na Interfábricas, grupo ligado a Oposição Metalúrgica, sob apoio da Pastoral Operária da Igreja Católica. Estes organizaram diversas mobilizações ao longo dos anos 70 nas fábricas da região: Caterpillar, MWM, Metal Leve, Semp, Caloi, Silvânia, entre outras (SADER, 1988). Um fato notável da história das mobilizações da região foi o assassinato do operário Santo Dias uma das principais lideranças do movimento operário na região sul, por um policial durante um piquete na Silvânia (COELHO, 2007).

Sader cita três conjuntos de acontecimentos que fortaleceram a mobilização social e expressavam as mudanças nas relações políticas e sociais nesse período:

Em primeiro lugar, o início da chamada “descompressão política”, materializada nas eleições de novembro de 1974 e na votação recebida pelo MDB. Começam a ampliar-se as condições de defesa pública dos direitos de organização e manifestação, com a consequente diminuição do terror arbitrário que pesava sobre toda a atividade sindical independente. Em segundo lugar, as vitoriosas greves de seções – sobretudo ferramentarias – e operações tartarugas nas empresas automobilísticas de São Bernardo, que produzem um estímulo para todo o movimento operário. Em terceiro lugar *a extensão de mobilização de moradores da periferia* – em torno de reivindicações ligadas aos ônibus, escolas, creches e ao custo de vida –, a partir do clube de mães, comunidades de base, etc. (SADER, 1988, p. 237, grifo nosso)

Assim, este contexto tinha como fundamento a precariedade da vida nos bairros periféricos, a superexploração do trabalho nas fábricas e a reabertura política, que tornou possível a busca pela efetivação dos direitos civis.

Estes aspectos impulsionaram os movimentos sociais, porém com reivindicações fragmentadas. Logo, a organização nos bairros - sob influência das atividades das Comunidades Eclesiásticas de Base - e a conjuntura apontada acima tornaram possível uma confluência desses movimentos, o que levou a um processo de aglutinação em torno de questões políticas de cunho mais amplo.

Isso gerou uma movimentação política importantíssima para a história dos movimentos sociais, por exemplo: este caldo ideológico alimentou a formação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e Central Única dos Trabalhadores em 1983.

Então, compreendemos que os movimentos sociais desse momento relacionam-se ao ressurgimento de um sindicato combativo ancorado na ampla base social sob péssimas condições de trabalho, na mobilização dos bairros populares e no papel desempenhado pela

Igreja nas Comunidades Eclesiásticas de Base e na Pastoral Operária. Destaca-se que a organização política era ilegal assim como a ocupação de áreas de mananciais e nascentes, logo, temos a expressão de dois movimentos sociais representativos daquele período.

## **2.6. Da superexploração a exclusão do trabalhador: novos conteúdos para a mobilização social**

As mobilizações dos anos 70 e 80 foram impulsionadas pelos aspectos do processo de espoliação urbana e pelas condições de exploração dos trabalhadores na indústria, o que fortalecia os movimentos de bairro e os movimentos sindicais que adotaram uma postura combativa.

Nos anos 90 temos novos conteúdos nas práticas dos movimentos sociais, principalmente nos sindicatos.

A consolidação da “redemocratização”, resultante da promulgação da Constituição de 1988, das eleições diretas, em 1989, e da redefinição do quadro político-partidário, trouxe um contexto adequado para a aposta definitiva de um determinado campo político no *projeto participativo democratizante*. (GOULART, 2010, p.116)

A conquista dos direitos políticos abriu novas fronteiras àqueles movimentos, como a luta pela efetivação da cidadania em suas dimensões civis e sociais: a igualdade perante a lei e o acesso educação, saúde, aposentadoria, condições de trabalho, respectivamente. E foi a partir da participação em instituições e fóruns estatais que muitos se dirigiram, seja no apoio a políticos de esquerda ou participação em conselhos populares.

Logo, um grande número de intelectuais e professores teve papel importante na divulgação desse projeto. Nos movimentos sindicais esse processo teve expressão no sindicalismo de participação, adotado pela CUT no final dos anos 80, este considerava: a inserção do país no mercado globalizado como inevitável e necessária; a participação em fóruns definidores de políticas públicas como forma de obter conquistas; defesa da democracia; conformação das alianças em bases não classistas; e afirmação da superação das estratégias de confronto. Estratégia no mínimo mais conciliadora que a de outrora.

Em relação aos movimentos de moradia são criadas entidades que evidenciam esse projeto, por exemplo, temos: a criação da Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM) em 1982, e da União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo (UMM) em 1987, que tal como o sindicalismo de participação buscam assumir o papel de interlocutores junto aos fóruns representativos.

Assim, se antes a mobilização era contra o Estado autoritário, a transição para a democracia muda a estratégia destes, que buscam participar e estabelecer canais de diálogo no aparelho estatal. Esse processo é evidente na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva do PT em 2002, apoiado por uma porção de movimentos sociais. Assim, foi notável a passividade de alguns movimentos nos anos do governo petista, até porque estes faziam parte do governo federal.

Portanto, a crescente participação e influência de movimentos sociais e líderes populares em instâncias estatais junto à mudança nas relações de trabalho - que diminui o número de trabalhadores sindicalizados - levou a um enfraquecimento dos sindicatos como sujeito que representa os interesses da classe trabalhadora em geral, o que é um dos aspectos da crise dos movimentos de esquerda, como apontado em outro momento da pesquisa.

Logo, deve-se pontuar que as mudanças provocadas pelo processo de reestruturação produtiva e pela adoção de ajustes econômicos neoliberais levaram ao aumento do desemprego estrutural e conseqüentemente a reconfiguração da classe trabalhadora. Amplas parcelas da população agora são absorvidas pelo setor terciário, em postos de trabalho informais, vivenciando a negação do trabalho e da vida urbana plena.

A situação de espoliação soma-se a exclusão das atividades produtivas, baseadas na financeirização da economia, formas da urbanização crítica. Assim, junto ao processo hegemônico, da produção econômica que engendra diversas crises, surgem novas formas de resistência, oposições as formas de dominação do capital (RIBEIRO, 2014).

É essa base social de trabalhadores informais, terceirizados e desempregados, que alimentam as novas formas de resistência ao cotidiano degradante das grandes cidades. Como os acampamentos, atos e atividades do MTS.

Portanto, diferentemente da base social dos movimentos dos anos 70 e 80, os trabalhadores mobilizados em diferentes movimentos de moradia atualmente relacionam-se a um contexto de impossibilidade de realização da vida urbana devido à condição da crise do trabalho contida na crise do capital. Se antes as reivindicações por melhorias urbanas conseguiam convergir com as ações dos grevistas, hoje a fragmentação e dispersão no mundo do trabalho é ainda maior.

Devido a isso que se tornou necessário ao MTST o investimento em uma identidade coletiva que organizasse a classe trabalhadora e que possibilitasse um movimento popular.

Logo, o MTST enxerga os avanços e os obstáculos enfrentados pelos movimentos dos anos 70 nos anos subsequentes, e é crítico a ideia de construção da cidadania através do aparelho estatal, que representa os interesses capitalistas.



Sendo assim, o MTST é um movimento social anticapitalista<sup>37</sup>, é herdeiro das práticas combativas dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, porém com diferenças marcantes.

Algumas destas são: as condições da classe trabalhadora que se alteram nos dois momentos; o abandono do projeto participativo democratizante; e a negação da supremacia da cidadania como objetivo de luta<sup>38</sup>. Logo o MTST centra-se numa concepção classista, pautada pela efetivação do poder popular através da popularização das instâncias de poder – objetivo e forma de luta. Além da oposição políticas neoliberais.

---

<sup>37</sup> Essa é a tese de Goulart (2010).

<sup>38</sup> O MTST defende bandeiras como a manutenção dos direitos conquistados, porém entende que estes mediados pelo Estado não são sua finalidade, mas sim meios possíveis para construção do poder popular, que é um projeto coletivo.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS



Bloqueio da BR 101, em Niterói – RJ, ato do Dia Nacional de Lutas, realizado em 13 estados do país no dia 18 de março de 2015. Fonte: [esquerdasocialista.com.br](http://esquerdasocialista.com.br)

Como momento de fechamento desse documento, fruto do trabalho empenhado até aqui, elencaremos algumas questões que estão presentes nas descrições e debates apresentados nas seções anteriores. Estas nos ajudam a repensar a realidade através dos conceitos e categorias da geografia urbana, o que nos auxilia na tentativa na interpretação da totalidade a partir da dimensão espacial. Assim, faremos alguns apontamentos sobre o recorte espacial escolhido

### **3.1 A cidade: obra múltipla**

Primeiramente, devemos expor alguns questionamentos que permearam toda a análise: de que forma os movimentos sociais se constituem no urbano? Como estes interferem no cotidiano das cidades? De que forma eles produzem o espaço urbano?

Para responder estas questões, devemos elencar algumas ideias que fundamentam a nossa compreensão sobre o urbano e a cidade a partir da contribuição da geografia, assim, torna-se importante destacar o argumento de Elisee Reclus em obra publicada no final do século XIX.

À força de atração natural do solo, que tende a repartir normalmente os homens, a distribuí-los ritmicamente sobre toda a terra, acrescenta-se, no mundo moderno, uma força completamente oposta em aparência, aquela que agrupa centenas de milhares ou até mesmo milhões de homens em certos pontos estreitos em torno de um mercado, de um palácio, de um fórum ou de um parlamento. (RECLUS, 2010, p. 31)

Essa força oposta em aparência que se soma a força de atração natural do solo nos finais do século XIX, é representada por edifícios e construções humanas, centralidades que expressam práticas sociais e atraem milhões de homens a estes pontos. Esta situação social dissolve ou balança o equilíbrio entre a sociedade e a natureza rapidamente.

Vivendo na Europa da segunda metade do século XIX, o autor (2010) aponta uma legião de pessoas que se dirigem para “tal ou qual Babilônia moderna”, que são conduzidos aos centros populacionais, e tal como os sedimentos de um rio são largados como aluviões, abandonados nas praias.

[...] os camponeses expulsos de seus pedaços de terra pela conveniência de algum grande comprador ou por um capricho do senhor que transforma seus campos em pastos ou em terrenos de caça; serviçais do campo que os cidadãos chamam para o seu entorno; as nutrizas amamentando os bebês no lugar das mães; os operários, soldados, empregados e funcionários aos quais destinam uma morada na grande cidade e, de uma maneira geral, todos aqueles que, obedecendo a senhores ou, então,

ao senhor mais imperioso, a necessidade econômica, aumentam forçosamente a população urbana. (RECLUS, 2010, p. 34)

A destituição dos meios de vida, a desagregação dos laços familiares e com a terra sob diferentes culturas agrícolas, é encerrada pelo capricho de alguns senhores que detém os meios de ação do poder econômico e/ou político, sob as condições das “necessidades econômicas”. Estes tornam esses camponeses, serviçais ou trabalhadores de diversos tipos que aumentam a concentração populacional desta ou daquela grande cidade, pois as novas necessidades econômicas se apresentam em diversos pontos em tempos diferentes.

Destaca-se também a questão da formação da propriedade privada e mesmo o papel social daqueles que são detentores da riqueza. O autor, com certa ironia, questiona quem foi responsável pela demarcação da propriedade e assim se constituiu enquanto aristocracia rural.

Logo, na breve exposição dessa obra percebemos elementos de uma disputa e divisões entre estamentos e/ou classes no campo e principalmente nas cidades. Assim os habitantes desta últimase dividem em diferentes lugares do núcleo urbano. Os mais pobres, residem em localidades com condições insalubres, como os famosos casos dos operários nas grandes cidades europeias, como Paris e Londres, no século XIX.

Sob essa visão, a cidade vai se constituir enquanto obra de muitos, ou múltipla, que “prefigura-se de paixões, vontades” e esforços da legião daqueles que vêm do campo para trabalhar, ou mesmo dos homens ambiciosos que vivem para fazer dinheiro. Os primeiros estão em disputa com aqueles que detêm a riqueza, que contratam e exploram sua vitalidade no trabalho nas fábricas. Portanto, temos *a cidade enquanto uma obra em disputa*.

Está presente também o argumento da influência da cidade sobre o campo, o mundo rural, onde a força de atração da primeira, é como tentáculos que capturam e aprisionam a dinâmica da vida no campo, aumentando o fluxo de pessoas para as cidades. Estes dois elementos, a captura do campo pela cidade e o aumento da concentração populacional, são importantíssimos e estão presentes em estudos de outros autores, como iremos expor.

Mais uma questão interessante, a nosso ver, é quando o autor trata de uma possível cidade ideal, que só acontecerá quando todos os cidadãos tiverem o acesso ao pão para sua família, a quantidade suficiente de ar, o desfrute da luz do sol e a beleza da natureza, ou seja, a vida plena de satisfação para todos.

Segundo o autor (2010), o programa das cidades-jardins por parte dos filantropos ingleses buscou trazer um pouco desse mundo para os mais pobres e despossuídos. Porém as diferenças fundantes, a contraposição entre detentores de riquezas e os trabalhadores, Capital

e Trabalho, não serão resolvidas por essas ações. *Sendo assim, consideramos a oposição entre Capital/Trabalho como fundante da segregação socioespacial na cidade, argumento presente na obra.*

Portanto, a obra de Reclus sobre a cidade nos aponta esta enquanto obra social que busca a satisfação de suas necessidades vitais em sua relação com a natureza. Porém, a força do mercado, proeminente social, captura essa dinâmica e, a partir das cidades, submete as dinâmicas das relações da sociedade e seu meio, criando espaços repartidos e a disputa entre os sujeitos da cidade.

### **3.2. Industrialização e Urbanização**

Outra observação interessante sobre o fenômeno urbano na Geografia é a obra “Geografia Urbana”, 1961, de Pierre George. Importantíssima para o contexto de renovação da ciência geográfica e para a compreensão do fenômeno urbano que ganha novas dinâmicas nos anos 60 e 70, principalmente no terceiro mundo.

O autor buscou nos conceitos e categorias da Geografia uma concepção de totalidade dos processos geográficos que atravessam as cidades. Produzindo uma geografia geral sobre o urbano no mundo, sugerindo tipos de cidades, os condicionantes do seu crescimento urbano e sua distribuição desigual no mundo (DAMIANI, 2009).

O processo de concentração populacional destaca-se e define mudanças intensivas das cidades, tais como: metamorfoses socioculturais do urbano que equivalem às perdas de gêneros de vida ou mesmo a perda da singularidade do organismo urbano. E mais, é causa e consequência de fenômenos como: as zonas periféricas, áreas suburbanas, guetos, segregação urbana, habitats espontâneos, entre outros. Peculiaridades de uma realidade instável, complexa e contraditória a noção de organismo, que compreende a noção de unidade, e que se apresentam de forma mais sensível nos chamados países subdesenvolvidos.

Portanto, temos fenômenos expressivos na realidade urbana. A partir disso o autor reconhece a universalidade e a aceleração do crescimento dos grandes aglomerados urbanos (de milhares a milhões de habitantes), até mesmo sugerindo diferentes tipos de cidades sob um conjunto urbano regional e nacional. A comparação das cidades no mundo se dá através da medição da extensão e intensidade da ocupação territorial urbana, que apresenta: aspectos intra-urbanos globais como a organização econômica; as transformações dos aspectos físicos da paisagem no avanço da cidade; as mudanças na vida cotidiana dos cidadãos e o aumento do ritmo de crescimento das periferias.

Desta forma, destes resultam diferentes qualidades e desigualdades no meio urbano,

que expõe os aspectos críticos da economia capitalista no enorme contraste social entre classes dirigente/proprietárias e a enorme massa da população sem poder aquisitivo, que sobrevive nas cidades. George não enuncia os mesmos termos de Reclus, porém, em alguns casos denota o aprofundamento dos mesmos processos.

Portanto, as relações socioeconômicas entram em evidência no trabalho, a partir do crescimento populacional, dos novos estabelecimentos, das periferias e do aumento da pobreza. E isto se dá a partir da consideração do conceito de *divisão social do trabalho* - em concorrência a ideia de gêneros de vida, que é colocado como centro do debate sobre o desenvolvimento das atividades produtivas e sua organização espacial.

Sob este pressuposto, da organização do espaço a partir da divisão social do trabalho, George baseia sua crítica desenvolvimentista que estabelece formas de superação e desenvolvimento da economia capitalista. Temos então um movimento importante no texto que introduz os modernos processos econômicos e as configurações geográficas, resultantes e pressupostos destes (DAMIANI, 2009).

A ruptura histórica, que é pressuposto de todos os aspectos da realidade urbana expostos acima, para George é a industrialização que promove a extensão dos serviços e comércio, a concentração de diferentes trabalhos, produz o fenômeno das massas populacionais na casa dos milhões concentrados nas aglomerações urbanas, e principalmente, intensificam a divisão social do trabalho na cidade. Fatores que transformam as cidades radicalmente.

Lefebvre (2013) analisou o processo de *industrialização enquanto indutor da urbanização*. Assim, a indústria é causa e efeito, subverte e acelera a dinâmica do crescimento urbano e do êxodo rural, capturando as dinâmicas das cidades existentes e formando novas cidades. Onde existem matérias primas, instala-se uma indústria, junto a esta moram os operários, o comércio voltado ao consumo destes é aberto, os negócios prosperam e atraem novos investimentos produtivos, banqueiros se instalam na região e emprestam dinheiro a juros para viabilizar novos empreendimentos.

Este movimento se dá a partir dos investimentos dos empresários burgueses nas manufaturas e na indústria em geral, que produzem mercadorias em escala acelerada. A partir disso inicia-se e acelera a mobilização e circulação da riqueza, a produção de capitais fixos - fábricas, estabelecimentos, meios de comunicação, eixos viários - necessários para a produção industrial.

Esta economia pautada pela troca inicia-se e é totalizada a partir da concentração e circulação da riqueza, do *capital móvel*, por meio da rede de cidades, o que fornece as

condições para diversificação e aplicação de capital em diversos negócios, como no próprio espaço urbano. Tornando assim central a valorização do espaço sob condição de valorização do produto industrial. Junto a isto, o empresário burguês investe na compra de força de trabalho, no investimento em capitais fixos/meios de produção ou nas máquinas para a produção das mercadorias.

Além disso, esse processo guarda relações com os processos do campo da política. Junto ao sistema de redes de cidade, surge também o Estado Moderno, centralização dos meios de regulação da vida da população, do poder de administrar e controlar o território. O efeito dessa centralização de poder tem forma na Capital, cidade em que se concentram os conjunto de Instituições estatais que regem a nação, ocupante de um território fragmentado em diferentes regiões.

E mais, organiza, busca controlar e tornar possível a articulação entre: a rede de cidades e as classes sociais nos núcleos urbanos, no âmbito da economia capitalista. Logo, o Estado-Nação governa através da expansão dos meios técnicos presentes nas cidades que se multiplicam. Esta ideia é importante para o entendimento da função política da cidade em sua relação com a produção econômica, como expõe Damiani:

[...] é da ordem do político um papel fundamental na sociedade moderna: a gestão do sobreproduto social, que significa a potência de parte da riqueza social produzida. A distribuição desses recursos, sua utilização em uma outra direção, tem consequências fundamentais na constituição e repartição territoriais. Jamais se pode falar, quanto à sociedade capitalista, em uma separação radical entre o político e o econômico. (DAMIANI, 2005, p. 42)

O estado gerência o subproduto social, o valor produzido socialmente e corporificado no espaço urbano, produto do trabalho social empenhado. Papel fundamental desempenhado pelas ações estatistas, que apoiado no discurso urbanista fragmenta, setoriza, recorta e produz novos espaços produtivos. Este processo tem como suporte o urbanismo moderno que ganha importância na reforma das cidades Europeias do final do século XIX, como Paris, por exemplo. Devido ao crescimento urbano acelerado os dirigentes políticos e econômicos lançam mão desses discursos para produzir um espaço mais adequado para as atividades produtivas.

Portanto a economia capitalista, através do Estado, produz espaços que são condicionantes para o desenvolvimento das atividades produtivas, ou mesmo se reproduzem e são comercializados enquanto valor de troca, como os apartamentos de luxo ou os terrenos para as fábricas que se valorizam pela localização de determinados objetos, como ferrovias e

avenidas por exemplo. *Espaços construídos com o intuito de valorizar e reproduzir o Capital.*

### 3.3. Questões acerca da produção do espaço

Os processos descritos por Henry Lefebvre evidenciam uma nova forma de conceber o espaço urbano, e serviu de contribuição para novos estudos na ciência geográfica, destacando-se a contribuição de Carlos (2008), influenciada pela análise do filósofo.

Esta busca pensar o papel da análise geográfica na compreensão da realidade social, no qual se coloca necessário *repensar o conteúdo do espaço e o papel do homem na análise espacial*. Se anteriormente a Geografia teve como central os estudos pautados nas categorias da paisagem e da região, na proposição da autora, é o espaço que torna-se central para a análise geográfica.

Em oposição à ideia do espaço enquanto palco da atividade humana organizado por e para a sobrevivência do homem, como algo externo, a autora compreende *o espaço como produto de relações sociais determinadas*. O homem transforma a natureza, transforma o espaço, este é sua obra. Logo o homem é sujeito, ator de um movimento que produz um espaço geográfico, que tem em sua essência um conteúdo social e autoral.

Não resta dúvida de que este espaço tem um componente natural que dá o limite deste com o que é histórico-fruto do processo de desenvolvimento das forças produtivas. Na realidade, *é o movimento histórico do processo de produção espacial que desvenda o fato de que o espaço geográfico não é nem eterno, nem inerte e imóvel, e tampouco natural, mas um produto concreto de relações sociais historicamente determinadas.* (CARLOS, 2008, p. 33, grifo nosso)

A ideia de exterioridade do espaço geográfico em relação ao homem é então contestada, contrapõe-se a esta a ideia do *espaço geográfico enquanto produção humana, histórica e social*. Produzido pela sociedade onde o trabalho, como atividade produtora, tem o caráter de mediador da relação entre a sociedade e seu meio.

O trabalho é intencional e voluntário e busca tornar o objeto - criado a partir da natureza - algo apropriado, e essa intencionalidade surge das necessidades do homem. A satisfação das necessidades de sobrevivência do homem e da reprodução da espécie humana coloca-se como condição do processo histórico.

Ao longo do tempo, na medida em que a sociedade produz e reproduz sua existência ou seus meios de sobrevivência de modo determinado, este modo expressará características históricas e sociais específicas que direcionam o processo de produção espacial. Uma das características fundamentais que surgem nesse processo é a divisão social do trabalho, já



apontada acima, que imprime novas dinâmicas e condições na reprodução do espaço a partir da estruturação das forças produtivas sociais.

Assim, a reprodução do espaço fundamenta-se na acumulação técnico-cultural das produções anteriores e na relação dialética entre o velho - espaço como meio de produção - e o novo - o processo produção atual em si, ou a reprodução. Onde a divisão social do trabalho torna-se mais complexa.

Então, torna-se necessário articular os dois processos: produção e reprodução. O primeiro se refere a um momento específico, a produção a partir do trabalho como mediação entre o homem e a natureza para determinados objetivos. O segundo expõe os conteúdos da *acumulação e reprodução do capital*, onde temos diferentes momentos da produção articulados para a realização do ciclo de valorização.

Portanto, a *perspectiva da reprodução do espaço coloca a possibilidade da compreensão das determinações gerais por meio das particularidades, tendo como pressuposto a totalidade social - que engloba os processos de circulação, distribuição, troca, consumo e movimento de retorno a produção.*

Desta forma, devemos pensar a todo o momento a articulação dos dois processos: de um lado a produção é analisada como momento particular do todo, e de outro é analisada através de suas articulações e conexões como momento da reprodução.

Assim, processo de reprodução, por um lado refere-se a realização e acumulação do Capital, por outro, refere-se também a produção das condições para desenvolvimento da vida humana. O que coloca uma porção de significados contraditórios para esta última.

O trabalho é entendido aqui como a mediação necessária da relação homem-natureza, [...] ele não se relaciona com o espaço, mas o produz, à sua imagem e semelhança, e neste sentido *o espaço, num momento histórico determinado, será produto e condição da reprodução da sociedade.* (CARLOS, 2008, p. 36, grifo nosso)

Logo, devemos refletir sobre algumas questões: se o espaço é produzido pelo trabalho para satisfação das necessidades do homem, como o movimento histórico objetiva a reprodução do espaço urbano para a realização do capital? Quais contradições apresentam-se a partir desse processo?

Primeiro, deve-se pensar a contradição fundamental da produção social da riqueza e sua apropriação por parte de poucos capitalistas, esta contradição reflete-se no espaço, onde o trabalhador produz a cidade, mas se entende estranho a ela, constrói pontes para carros, novos prédios para os executivos, mas não se faz presente em nenhum destes ambientes, ou o produz

para necessidades alheias a ele. Temos então a contradição Capital-Trabalho como condicionante. Ao lado desta, tem-se consequência a Luta de classes, enquanto fundamento do processo de reprodução do espaço: abrem-se disputas entre os detentores dos meios de produção, que representam o grande capital, e a força de trabalho, que reproduz sua vida material na cidade. Sob estes pressupostos configura-se a segregação socioespacial.

Além disso, a inserção da máquina no processo industrial constitui um ciclo de produção da mercadoria, que insere um tempo social médio para produção da mercadoria, que engloba o próprio tempo de trabalho e o cotidiano do trabalhador. Todos os momentos de deste tornam-se potencialmente produtivos, como estabeleceu Ford e seu sistema fabril: oito horas para o emprego, oito horas para lazer/consumo e oito horas para o descanso. Cotidiano demarcado e setorizado para e pelo ciclo de realização do capital.

Esse processo se dá a partir da alienação da propriedade privada dos produtos do trabalho do homem:

Logo a apropriação surge como poder de estranhamento e o mundo produzido aparece como estranho, uma obra na qual seu produtor não se identifica. *É estranhamento no sentido em que as necessidades do indivíduo se determinarão a partir das necessidades do capital.* Como o homem só existe como força de trabalho para o capital, mercadoria, sua subsistência importa como possibilidade de reprodução do capital. (CARLOS, 2008, p. 38, grifo nosso)

Consequentemente os contrastes emanam na observação da paisagem urbana, e isto é fundamentado no fato de que o espaço é produzido pelo trabalho social geral da sociedade como um todo e apropriado individualmente, contradição entre produção e seu consumo fundamentada na contradição Capital-Trabalho que se expressa no fato de que as prioridades e dinâmicas do processo de reprodução do espaço não são as prioridades das necessidades sociais de modo geral.

A sociedade produz uma obra e não se identifica com ela. O urbano produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes faz dele um campo de luta, onde os impasses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. (CARLOS, 2008, p. 63)

### **3.4. O espaço como reprodução da vida: formas de resistência e estratégias espaciais do MTST**

Tratamos de todas essas ideias nesse último capítulo para expor os *processos hegemônicos e contraditórios* que condicionam a atuação da classe trabalhadora no espaço

urbano. Logo, elencamos as principais ideias expostas: a cidade como fruto do trabalho alienado sob os pressupostos da contradição capital-trabalho; a divisão social do trabalho; a influência do processo de industrialização que engendra novos modos de vida, a sociedade urbana; e as disputas entre sujeitos e agentes com diferentes intencionalidades no cotidiano urbano.

Assim, o processo de urbanização contemporâneo expõe os conteúdos sociais, econômicos e políticos de um país da periferia do capitalismo. Desta forma, buscamos destacar as formas de resistências intrínsecas às expropriações decorrentes dos processos hegemônicos para acumulação do capital.

Os processos hegemônicos dizem respeito a reprodução do espaço como materialidade para reprodução do capital, como explicitados na seção anterior. Então, temos o desenvolver de estratégias de domínio do espaço pelo capital que acarretam a generalização da segregação socioespacial, condição e produto da reprodução do capital.

Logo, as especificidades da formação histórica, social e política de nossa sociedade evidenciam nuances diferenciados no vínculo entre segregação socioespacial e resistências. Essas especificidades dizem respeito a desigualdade profunda apoiada na formação da propriedade privada da terra e na construção de uma sociabilidade que se reproduz sob relações autoritárias. Estas compõem um núcleo de reprodução de uma sociedade que naturaliza: as explorações, as expropriações, as hierarquizações, a pobreza, espoliações, aspectos presentes na paisagem atual das cidades.

No qual, milhões de cidadãos residem num espaço urbano marcado pela desigualdade e pela opressão diária. Subordinados a um conjunto de normas de controle de uso dos espaços, estabelecidas por sujeitos que exercem um domínio sobre estes a partir do controle da propriedade privada.

Assim, Ribeiro (2015) coloca o problema: como encontrar as resistências numa sociedade de cunho autoritário, que naturaliza as expropriações e reduz as formas de apropriação do espaço por parte dos cidadãos?

Para o desenvolver dessa problemática, deve-se destacar, brevemente, alguns pontos: a formação da propriedade privada da terra no Brasil, a generalização da segregação socioespacial, o surgimento das resistências e a transformação das reivindicações dos movimentos sociais em políticas públicas.

Primeiramente, deve-se apontar que a formação da propriedade privada fundamenta a desigualdade, principalmente no caso das constantes expulsões daqueles que não podem arcar com o custo destas. Essa realidade tem início no estabelecimento da Lei de Terras de 1850, que

ao colocar o acesso à terra somente mediante a troca, impediu aos migrantes, trabalhadores livres e ex-escravos o acesso a propriedade fundiária. Ou seja, o estabelecer da propriedade privada se deu operacionalizando formas de domínio sobre a terra por aqueles que tinham as condições monetárias necessárias, deve-se lembrar que foram esses mesmos que discutiram tais leis.

Logo, o objetivo dessa medida política no século XIX era a formação do trabalhador livre a partir da expropriação ou impedimento ao acesso ao solo, tornando-o um despossuído, que possui apenas sua força de trabalho a ser vendida no mercado de trabalho. Condição para acumulação e apropriação da riqueza, produzida pelo trabalho, pelo capital.

Como próprio do movimento da propriedade privada, a transformação da renda territorial levou à subordinação do trabalho em relação ao capital no processo de integração à economia. [...] o capitalismo se consolidou tendo a propriedade territorial como base de sua expansão. Houve a continuidade da legislação sobre a terra ao serem dadas as garantias de negociação com ela. *A consequência desses fatos é o impedimento do acesso à terra aos trabalhadores sem recursos, gestando e normatizando as formas de uso.* Vigora-se, assim, um domínio sobre o espaço que determina diferenças quanto à possibilidade de apropriação. (RIBEIRO, 2015, p. 175, grifo nosso)

O avanço dessas condições de domínio sobre o espaço por parte da elite fundiária, comportou diferentes modos de gestão, normatização e mercantilização sobre a propriedade. Assim, em determinado momento histórico do capitalismo no país tornou-se rentável para estes a venda de glebas de terras nas áreas de expansão das cidades, isto se deu devido a força de dinamização econômica da industrialização, que atraiu diversos trabalhadores migrantes para os centros urbanos, promovendo a urbanização de novas áreas tendo como base o mercado de terras.

No capítulo 2 expomos como o acesso à moradia aos trabalhadores do parque industrial de Santo Amaro se deu no trinômio loteamento-periférico/casa-própria/ autoconstrução, na área de mananciais. O que engendrou formas precárias de habitação e a falta de equipamentos sociais, que posteriormente impulsionaram as lutas sociais dos anos 70.

Assim, a partir da criação das condições para o acesso a propriedade privada temos a raiz da desigualdade brasileira. Pois, o acesso diferenciado a esta se expressa, atualmente, na paisagem urbana através da generalização da segregação socioespacial: homogeneização de determinadas parcelas do espaço urbano, decorrência dos diferentes modos de acesso à terra urbana por diferentes classes e frações de classes

Logo, junto a reprodução da propriedade privada como fundamento da reprodução do capital, que configura desigualdades. Deve-se destacar a cisão entre o trabalhador e o produto do seu trabalho, a contradição capital-trabalho, que traz consequências a todos os planos de vida do trabalhador, pois afasta deste a possibilidade de fruição do produto do seu trabalho, visto que este é destinado a necessidades alheias a esse, dirigindo-se a troca para realização do ciclo do capital.

Assim, do ponto de vista do processo de produção do espaço urbano, a contradição capital-trabalho e a reprodução da propriedade privada aparecem como segregação socioespacial, impondo modos de vida alicerçados no reconhecimento de identidades abstratas, sejam aquelas advindas da segurança do teto frente às características espoliativas do urbano ou mesmo aquelas de caráter crítico, como por exemplo: a cultura do hip-hop.

A segregação socioespacial se transforma em processo importante para a reprodução em todos os níveis e dimensões da sociedade porque é necessário cindir, separar, impedir o uso, romper os laços de sociabilidade improdutiva, para integrar e, posteriormente reproduzir as relações especificamente capitalistas. (RIBEIRO, 2015, p. 177)

Logo, a segregação aparece também como estratégia de classe para o domínio do espaço. Somente aqueles que podem arcar com os custos da reprodução da propriedade podem viver as “positividades do urbano”. Resta aos trabalhadores que produzem a cidade com sua mão de obra, vivenciarem a crise da urbanização, o cotidiano espoliativo: distante do local de emprego, com a falta de espaços de lazer, sem acesso a hospitais ou escolas de qualidade, e em moradias precárias como cortiços, favelas e casas autoconstruídas, muitas vezes sob contratos de aluguel que absorvem grande parte do rendimento familiar. Agressões diárias aos direitos civis e sociais. Ou mesmo a impossibilidade da vida urbana (DAMIANI, 2008).

Porém, junto ao processo hegemônico que engendra essas formas críticas no cotidiano de milhões temos também a negação destes em momentos irredutíveis:

A relação dialética entre segregação e resistência se descobre no momento mesmo em que o conflito emerge. (RIBEIRO, 2015, p. 178)

Logo, deve-se apontar que há um conflito entre estratégias dos sujeitos, por exemplo: o proprietário de uma grande gleba que a deixa intacta esperando sua valorização para posterior venda e a invasão desta gleba por parte de muitos que constroem barracos de madeira ou de alvenaria em busca do morar. Assim, desenvolvemos a ideia de que há um conflito pautado na posse da terra, onde temos relações de poder assimétricas entre o proprietário e os ocupantes

do terreno. O proprietário pode retomá-la a partir do uso de mecanismos jurídicos que garantem seu poder de proprietário, ou mesmo através do uso da força. Como os ocupantes podem resistir de diferentes maneiras, a própria entrada no terreno é uma forma de resistência.

Como trata Foucault, essa relação de poder não se coloca em posição de exterioridade com as demais (propriedade, econômica, conhecimento etc), mas, sim, a coloca como intrínseca a elas. Como nela estão contidas lutas e afrontamentos incessantes, significa dizer que a resistência como um dos termos irredutíveis da relação de poder, visível ou não, está presente como constituinte das relações de modo geral, seja em transgressões cotidianas, em grupos e organizações ou em acontecimentos que abalam práticas e pensamentos. No entanto, ela não é pura, se por um lado ela coloca as contradições espaciais num outro patamar, por outro pode ratificar fundamentos da produção capitalista do espaço. (RIBEIRO, 2015, p. 172)

Este longo trecho citado acima ratifica, em outros termos, a ideia de Reclus de que a cidade é obra múltipla, e mais, apresenta uma direção para a compreensão das ações do MTST em relação a produção do espaço.

Em relação a presença da ocupação na periferia da cidade, observa que esta redefine práticas e insere-se no cotidiano da população da área de diversos modos. A ocupação já se destaca a distancia, do alto da das descidas da Estrada do M'Boi Mirim.

Os sem teto ocuparam escolas junto aos secundaristas, pararam avenidas, organizaram manifestações por hospitais na região, outras por melhorias no transporte público. Colocaram-se em diferentes disputas por melhoras na região.

As atividades na ocupação também levam as pessoas de fora a visitá-la, festas juninas, shows e as aulas do cursinho atraem amigos e conhecidos dos acampados – amigos de bairro, ou seja, pessoas que não mantêm relações com o MTST acabam conhecendo o movimento a partir das atividades culturais que são organizadas ali, todas com um forte conteúdo político.

A própria organização da ocupação e das atividades desta parte do trabalho de pessoas que antes não tinham experiência com debates, assembléias, coordenação de eventos e de grupos de pessoas. Os sem teto descobrem como militar no movimento e alguns se tornam organizadores deste, são muitos os coordenadores ou ex-membros da coordenação, que além de trabalharem oito horas por dia, passam horas colaborando a luta do movimento. São referências dentro do acampamento, pois devem resolver disputas e representar os grupos de acampados. São indivíduos que desempenham a função intelectual na organização do movimento popular (GRAMSCI, 1989). Destaca-se a presença de mulheres nas funções da coordenação.

Isto posto, assim como essas práticas que se relacionam a vários âmbitos ou dimensões do cotidiano periférico: a discussão e manifestação política; a expressão cultural; a construção de conhecimentos; todas essas práticas são operacionalizadas pelas formas de uso e da apropriação dos espaços daquela região (a Subprefeitura M'Boi Mirim, ou até mesmo em outras áreas da metrópole como pudemos observar), do espaço urbano em geral.

O uso de estratégias espaciais como: a territorialização em focos espaciais e a apropriação coletiva do espaço urbano - travamentos em rodovias e ocupações são alguns exemplos, respectivamente. Constituem formas de resistência às estratégias de controle, dominação e reprodução da propriedade privada no urbano. Logo, os sem-teto configuram a partir dessas ações formas de pressão pela mudança das políticas públicas pautadas na mobilização de uma fração da classe trabalhadora excluída das atividades produtivas.

Assim, devemos considerar as ações do MTST como centrais para a resistência aos processos hegemônicos que comandam a urbanização contemporânea. Destaca-se que essas formas também ratificam fundamentos da produção capitalista do espaço, como a própria propriedade privada, mas configura esta não pelos mecanismos formais, mas sim pela luta pela reforma urbana, construída coletivamente nos processos de criação do poder popular: debates em assembleias, atividades de formação política, entre outros.

O que temos de fato, é que o MTST reconfigura práticas, estratégias políticas e espaciais em direção a apropriação e acesso ao solo como condição para desenvolvimento da vida. Ou seja, o movimento participa da urbanização produzindo o espaço para a vida dos cidadãos, momento para a reprodução do espaço urbano, condição para a sobrevivência na metrópole contemporânea.

Além disso, enuncia uma forma de politização da classe trabalhadora, que está sob os pressupostos da reestruturação econômica como exposto na seção 2.4, a partir de certos princípios e objetivos, configurando formas resistência ao contexto da urbanização crítica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINE, C. MTST ataca corte no Minha Casa, Minha Vida e anuncia protestos no país. **Valor Econômico**. São Paulo: 17 de mai. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4567969/mtst-ataca-corte-no-minha-casa-minha-vida-e-anuncia-protestos-no-pais>> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

ALFREDO, A. **A constituição do espaço urbano de São Paulo (Brasil). Aspectos sobre a problemática indígena na relação contraditória cidade campo**. Geosp, v. 13, p. 107-128, 2003.

AMÉRICO, A. S. D. **Reestruturação produtiva e fragmentação do parque industrial de Santo Amaro: Industrialização e desenvolvimento desigual na periferia da metrópole de 2000 à 2014**. São Paulo, 2017. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ALVES, M. Sem-teto continuam acampados em frente à Câmara de São Paulo. **Folha de São Paulo**. 25 de jun. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1475944-sem-teto-continuam-acampados-em-frente-a-camara-de-sao-paulo.shtml>> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

AZEVEDO, G; COSTA, F. Após invasão do MTST, governo recua e retoma Minha Casa, Minha Vida Entidades. **UOL Notícias - Política**. São Paulo: 1 de jun. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/01/apos-invasao-e-protestos-temer-retoma-parte-do-minha-casa-minha-vida.htm>> Data de acesso: 9 de Fev. de 2017.

BAITZ, Ricardo. **Estatuto da Cidade, Plano Diretor, Movimentos Sociais: a estrutura estatista e seus limites na construção de um espaço social em Jandira - São Paulo**. In: 12º EGAL - Encontro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideu. Anais do 12º EGAL, 2009

BERTOLOTTI, F. **Os conteúdos sociais da crise ecológica: a produção do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga**. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BIELAVSKY, M. **Para onde cresce a cidade: Dinâmica de expansão urbana e caracterização urbano-ambiental em área da bacia do Guarapiranga**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BOCCHINI, B. Frente de Resistência Urbana promoveu 21 bloqueios em sete estados. **Agência Brasil**. 18 de mar. 2015. Disponível em:



<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-03/frente-de-resistencia-urbana-promoveu-21-bloqueios-em-sete-estados>> Data de acesso: 9 de Fev de 2017.

BONDUKI, N. G. **Origens da Habitação Social no Brasil: Lei do Inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BOULOS, G. **Por que ocupamos?** Uma introdução a luta dos sem-teto. 2ª Ed. ampl. rev. São Paulo: Scortecci, 2014.

CASTRO, D. Guarapiranga poluída vive 'êxodo'. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 1993. Terceiro caderno, p. 1-3

CAMARGO, Cândido Procópio et all. **São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza.** 13ª edição, São Paulo: Loyola, 1982.

CARLOS, A. F. A. **A Reprodução da cidade como “negócio”** In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. 1.ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 29-37.

\_\_\_\_\_. **A (Re) produção do espaço urbano.** 1. ed. 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

COELHO, M. N. G. **O movimento sindical metalúrgico na Zona Sul de São Paulo: 1974 a 2000.** São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CRUZ, E.P. Haddad diz ao MTST que muda destinação de terreno se plano diretor for aprovado. **Agência Brasil.** 26 de mar. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/prefeito-de-sp-diz-que-revoga-decreto-sobre-terreno-se-plano-diretor-aprovad>> Data de acesso: 10 de Fev. de 2017.

DAMIANI, A. L. **Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo.** In: Ana Fani Alessandri Carlos; Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (Org.). Geografias de São Paulo, 1 Representação e crise da metrópole. 1.ª ed. São Paulo: Contexto, 2004, v. 1, p. 19-58.

\_\_\_\_\_. **A Geografia e a produção do espaço da metrópole entre o público e o privado.** In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. 1.ª ed. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 38-50.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana.** Revista da ANPEGE, v. 5, p. 51-70, 2009

FERREIRA, F; SODRÉ, E. PM dispersa acampamento perto de casa de Temer com água e bombas. **Folha de São Paulo.** 22 de mai. 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774031-pm-exige-saida-de-manifestantes-em-bairro-de-temer-grupos-recusam.shtml>> Data de acesso: 9 de Fev. de 2017.

GOMES, R. Primeiro Minha Casa, Minha Vida com gestão popular é entregue em São Paulo. **Rede Brasil Atual**. São Paulo: 21 de dez. 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/12/primeiro-minha-casa-minha-vida-com-gestao-popular-e-entregue-em-sao-paulo-4657.html>> Data de acesso: 9 de Fev. de 2017.

GOTTDIENER, M. **A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos** in Reestruturação urbana; tendências e desafios – Valladares, L. e Preteceille, E. (org). Rio de Janeiro: Nobel/IUPERJ, 1990. P. 59-78.

GOULART, D. C. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)**. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

GRAMSCI, A. **Formação dos intelectuais**. In: Os Intelectuais e a Organização da Cultura. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989, p. 3-25.

HADDAD pode ceder área da Nova Palestina aos sem-teto. São Paulo: **TVEstadão**, 26 de março de 2014. Duração: 1 minuto e 55 segundos. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=kdUvtvgttg](http://www.youtube.com/watch?v=kdUvtvgttg)> Acesso em 9 de Fev. de 2017.

HARVEY, D. **Parte II A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX**. In: Condição pós-moderna. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 2º edição, São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 5ª edição - 4ª reimpressão, 2013.

MACEDO, L. Sem-teto fazem protesto por moradia e fecham vias da Zona Sul de SP. **G1 São Paulo**. 22 de Jan. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/sem-teto-fazem-protesto-por-moradia-e-fecham-vias-da-zona-sul-de-sp.html>> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

MANIFESTANTES do MTST bloqueiam Marginal Pinheiros durante protesto. **G1 São Paulo**. 10 de Jan. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/manifestantes-do-mtst-bloqueiam-marginal-pinheiros-durante-protesto.html>> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

MELO, José Mário Delaiti de. **A função social da propriedade**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 108, jan. 2013. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=12660&revista\\_caderno=7](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12660&revista_caderno=7)>. Acesso em fev. 2017.

MINISTRO das Cidades barra 11.250 unidades do Minha Casa, Minha Vida. **G1 São Paulo**. 17 de mai. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/ministro-revoga-liberacao-de-recursos-para-o-minha-casa-minha-vida.html>> Data de acesso: 9 de Fev de 2017.

MORAES, C; ROSSI, M. Reações diversas da PM em protestos, fator de risco em meio à polarização. **El País Brasil**. São Paulo: 27 de mar. 2016. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/23/politica/1458756387\\_712849.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/23/politica/1458756387_712849.html)> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Cartilha de Princípios**.s/d. Disponível em:<[www.mtst.org/linhaspoliticaseorganizativas.pdf](http://www.mtst.org/linhaspoliticaseorganizativas.pdf)>Data de acesso: 12 de fev. de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. **Carta Convocatória de Lançamento da Frente Povo Sem Medo**. 2015. Disponível em: <<http://www.mtst.org/noticias/carta-convocatoria-de-lancamento-da-frente-povo-sem-medo/>> Data de acesso em: 12 de fev. 2017

PÁDUA, R. F. **Refletindo sobre a desindustrialização em São Paulo**. Confins [Online], 7 | 2009, posto online no dia 28 Outubro 2009, consultado 26 Janeiro 2015. URL: <http://confins.revues.org/6125> ; DOI :10.4000/confins.6125

PINHO, M. Estado vai mapear área da ocupação Nova Palestina para plano de moradia. **G1 São Paulo**. 22 de Jan. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/estado-vai-mapear-area-da-ocupacao-nova-palestina-para-plano-de-moradia.html>> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

PMSP (SVMA) – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. **Guia dos Parques Municipais**. São Paulo: Imprensa Oficial, 3ª ed. 2012. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/arquivos/publicacoes/guia\\_dos\\_parques\\_3.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/publicacoes/guia_dos_parques_3.pdf)> Data de acesso: 12 de fev. de 2017.

RECLUS, E. **Renovação de uma cidade; Repartição dos Homens**. São Paulo: Expressão e Arte: Editora Imaginário, 2010.

RIBEIRO, F. V. **Produção Contraditória do espaço urbano e resistências**. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Crise Urbana. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2014, v. 1, p. 17

SADER, E. **IV – Movimentos Sociais**. In: Quando novos personagens entram em cena: experiência e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Terra e Paz, 1988.

SANTIAGO, T. Haddad diz que desapropriações para obras serão afetadas por cortes. **G1 São Paulo**. 8 de Jan. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/haddad-diz-que-desapropriacoes-para-obras-serao-afetas-por-cortes.html>> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

SANTO Amaro, a cidade que virou bairro industrial de São Paulo. **O Estado de São Paulo**. 11 de dez. 2014. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,santo-amaro-a-cidade-que-virou-bairro-industrial-de-sao-paulo,1603903> > Data de acesso: 12 de fev. de 2017.

SEABRA, O. C. L. **Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros, valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SEM-TETO acampados passam a noite na frente da Câmara de SP. **Terra - Cidades**. São Paulo: 25 de jun. 2014. Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/sem-teto-acampados-passam-a-noite-na-frente-da-camara-de-sp,11d2e2d52e2d6410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>> Data de acesso: 9 de Fev de 2017.

SPORL, A., SEABRA, O. **A lei de proteção aos mananciais versus a prática social de ocupação na bacia Guarapiranga**. Revista do Departamento de Geografia, nº 11, São Paulo, p. 113-133, 1997.

VIEIRA, R. Por dentro da Nova Palestina. **O Estado de São Paulo**. 15 Jan. 2014. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,por-dentro-da-nova-palestina,1118703>> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

## LEGISLAÇÃO CITADA

BRASIL. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)> Data de acesso: 12 de fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **PORTARIA Nº 173, DE 10 DE MAIO DE 2016**. Divulga propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, na forma que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 11 mai. 2016. Seção 1, p. 112-114. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/115500131/dou-secao-1-11-05-2016-pg-112>

\_\_\_\_\_. **PORTARIA Nº 258, DE 16 DE JUNHO DE 2016.** Divulga propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, na forma que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 17 de jun. 2016. Seção 1, p. 62-63. Disponível em:

<<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/06/2016&jornal=1&pagina=63&totalArquivos=232>> Data de acesso: 9 de fev. de 2017.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Decreto 51.591, de 28 de junho de 2010.** Diário Oficial [da Cidade de São Paulo], São Paulo, SP, n. 119, 29 jun. 2010. Seção I, p. 1. Disponível em: <<http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=8A6B4QPS346S6eAQRU3VKOMCLIN&PalavraChave=51.591>> Data de acesso: 12 de fev. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Discurso de Andrea Matarazzo.** São Paulo: 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014.** Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. Disponível em: <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/texto-da-lei-ilustrado/>> Data de acesso: 12 de fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Discurso Gilberto Natalini.** São Paulo: 10 de abril 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 16.402, de 22 de março de 2016.** Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE)

SÃO PAULO. **Lei Estadual nº 1.172 de 17 de novembro de 1976.** Delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água, a que se refere o artigo 2º da Lei nº 898 (\*), de 18 de dezembro de 1975, estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas e dá providências correlatas.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006.** Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e dá outras providências correlatas.